U.PORTO

MESTRADO
PSICOLOGIA

Entre Muros e Vínculos: a experiência da maternidade em reclusão

Ana Filipa da Silva Cunha

M

2026

Universidade do Porto
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

ENTRE MUROS E VÍNCULOS: A EXPERIÊNCIA DA MATERNIDADE EM RECLUSÃO

Ana Filipa da Silva Cunha

outubro de 2026

Dissertação apresentada no Mestrado em Psicologia, área de Psicologia da Justiça e da Desviância, da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, orientada pela Professora Doutora ***Alexandra Oliveira*** (FPCEUP).

AVISOS LEGAIS

O conteúdo desta dissertação reflete as perspetivas, o trabalho e as interpretações da autora no momento da sua entrega. Esta dissertação pode conter incorreções, tanto concetuais como metodológicas, que podem ter sido identificadas em momento posterior ao da sua entrega. Por conseguinte, qualquer utilização dos seus conteúdos deve ser exercida com cautela.

Ao entregar esta dissertação, a autora declara que a mesma é resultante do seu próprio trabalho, contém contributos originais e são reconhecidas todas as fontes utilizadas, encontrando-se tais fontes devidamente citadas no corpo do texto e identificadas na secção de referências. A autora declara, ainda, que não divulga na presente dissertação quaisquer conteúdos cuja reprodução esteja vedada por direitos de autor ou de propriedade industrial.

Sem prejuízo do disposto anteriormente, a autora declara que recorreu a ferramentas de Inteligência Artificial durante o processo de elaboração deste trabalho. Em particular, utilizou-se o *Chat GPT* como apoio na estruturação e revisão da coerência textual e de aspetos gramaticais da presente dissertação e o *DeepL* para tradução de alguns artigos referenciados. O recurso a estas ferramentas limitou-se aos usos descritos, mantendo-se as ideias, a análise, a interpretação dos resultados, a elaboração científica e a redação inicial da Dissertação integralmente da responsabilidade da autora.

Agradecimentos

À Prof.ª Doutora Alexandra Oliveira, minha orientadora, agradeço, profundamente, por ter abraçado este desafio comigo desde o primeiro dia. Agradeço o seu rigor, cuidado e disponibilidade ao longo do desenvolvimento desta dissertação e todas as aprendizagens e conhecimentos que me transmitiu neste percurso.

Aos meus pais, agradeço a presença constante, o amor permanente e os conselhos diários. Sem vocês não teria chegado onde cheguei nem alcançado os objetivos que alcancei. Que sejam sempre casa, um porto seguro e um lugar reconfortante nos dias mais difíceis.

Ao Diogo, que a faculdade me trouxe e eu mantive comigo, obrigada por estares presente, por escutares os meus choros e os transformares em amor e sorrisos e por tornares a vida mais leve. Fazer este percurso contigo tem muito mais significado.

Aos meus avós, agradeço por me apoiarem diariamente e por acreditarem sempre que serei capaz de mais ainda. Sou grata por poder celebrar as minhas vitórias convosco e por ter um bocado de cada um em mim.

À minha madrinha, um agradecimento especial por ser a personificação de alegria. Obrigada por estares sempre presente, pelas longas conversas e por celebrares todos os pequenos passos desta caminhada comigo.

Aos meus amigos, obrigada por trazerem a diversão e a distração necessárias ao longo do desenvolvimento desta dissertação, pelas conversas no café e por me motivarem.

Às participantes que aceitaram este desafio, o meu mais sincero agradecimento. Obrigada por partilharem comigo a vossa história, por me permitirem conhecer a vossa experiência e por abrirem o coração comigo. Sem vocês, este trabalho não teria sido possível. Espero conseguir contar a vossa história da maneira que merecem.

Resumo

A maternidade em contexto prisional é frequentemente analisada a partir da perspetiva de profissionais que trabalham com estas mulheres ou pela perspetiva dos próprios filhos, sendo menos explorada a visão das mães reclusas. Este estudo teve como objetivo compreender a experiência da maternidade em contexto de reclusão, a partir da perspetiva de mulheres reclusas que residem com os filhos na prisão. Para tal, recorreu-se a uma metodologia qualitativa, tendo sido realizadas 10 entrevistas semiestruturadas a uma amostra de conveniência de mães reclusas residentes com os filhos num estabelecimento prisional feminino em Portugal. Os dados foram analisados através de uma análise temática reflexiva.

Os resultados evidenciam uma experiência da maternidade marcada pela coexistência de proximidade com os filhos e de limitações impostas pelo contexto prisional, sendo atribuída particular importância à manutenção da relação com as crianças. As participantes identificam ainda limitações nos recursos e serviços disponíveis no estabelecimento prisional, particularmente no que diz respeito às necessidades das crianças. A experiência da reclusão é também marcada por diferentes perceções relativamente ao bem-estar materno e infantil, bem como por expectativas de reorganização da vida familiar e pessoal após a libertação.

Os resultados sublinham a importância de adequar e aperfeiçoar os serviços e recursos disponíveis no contexto prisional, tendo em consideração as necessidades das mães e das crianças que com elas residem.

Palavras-chave: Maternidade; Mães reclusas; Relação mãe-filho; Suporte social; Bem-estar em reclusão

Abstract

Motherhood in a prison setting is often analyzed from the perspective of professionals who work with these women or from the perspective of the children themselves, while the perspective of incarcerated mothers is less frequently explored. The objective of this study was to understand the experience of motherhood in a prison setting from the perspective of incarcerated women who live with their children in prison. To this end, a qualitative methodology was employed, and 10 semi-structured interviews were conducted with a convenience sample of incarcerated mothers living with their children in a women's prison in Portugal. The data were analyzed using reflective thematic analysis.

The results reveal an experience of motherhood marked by the coexistence of closeness to their children and limitations imposed by the prison context, with particular importance attributed to maintaining the relationship with the children. The participants also identify limitations in the resources and services available at the prison, particularly regarding the children's needs. The experience of incarceration is also marked by different perceptions regarding maternal and child well-being, as well as expectations for reorganizing family and personal life after release. The results underscore the importance of adapting and improving the services and resources available in the prison setting, considering the needs of mothers and the children living with them.

Keywords: Motherhood; Incarcerated mothers; Mother-child relationship; Social support; Well-being in prison

Índice

Introdução **1**

A experiência da reclusão 1

A diferença na vivência em reclusão com base no género 2

Maternidade e reclusão 4

A importância de escutar as mães reclusas 7

Método **8**

1. Objeto e Objetivos da investigação 9

2. Participantes 9

3. Instrumento e procedimentos 9

3.1. Procedimentos de recolha de dados 10

3.2. Procedimentos de tratamento de dados 10

Apresentação e discussão dos resultados **11**

1. Vivência da maternidade em contexto prisional 11

1.1. Significados e vivências da maternidade 12

1.2. Exercício do papel materno 13

1.3. Maternidade vivida com o/a/s filho/a/s em reclusão 15

2. Separação e manutenção do vínculo materno 16

3. O contexto prisional e o bem-estar materno e infantil 18

3.1. Condições e recursos do EP 18

3.2. Creche e cuidados dirigidos às crianças 19

3.3. Serviços e atividades dirigidas às mães 21

3.4. Bem-estar materno em reclusão 21

3.5. Perceções maternas sobre o bem-estar infantil em reclusão 24

4. Redes de suporte e relações no contexto prisional 26

4.1. Rede de suporte 26

4.2. Relação com outras reclusas 27

5. Projetar a vida pós-reclusão 29

Limitações e implicações para estudos futuros **31**

Considerações finais **31**

Referências bibliográficas **33**

Anexos **41**

Introdução

Portugal conta com 49 estabelecimentos prisionais classificados em função do nível de segurança e do grau de complexidade de gestão. Dois destes, os estabelecimentos prisionais de Santa Cruz do Bispo e de Tires, acolhem a população reclusa feminina e permitem que esta mantenha os filhos consigo até aos três anos ou, em condições excecionais, até aos cinco anos (Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, 2025).

A população reclusa é um grupo socialmente estigmatizado sendo, frequentemente, percecionada como inferior ao resto da sociedade (Cunha & Granja, 2014).

A experiência da reclusão

A prisão pode ser experienciada de diversas formas, constituindo, contudo, um intervalo na vida das pessoas, marcado pela delimitação a um espaço físico e pelo estabelecimento de relações sociais específicas desse momento (Cunha, 1994). As relações previamente estabelecidas com a família e os amigos adquirem novas formas, não implicando, necessariamente, uma rutura ou deterioração, mas ocorrendo de forma menos contínua (Granja et al., 2013). Neste contexto, o suporte social assume particular importância, contribuindo para o ajustamento à reclusão e para a prevenção de problemas como depressão e ansiedade, sobretudo entre mulheres reclusas (Celinska & Sung, 2014; Paynter et al., 2019). Assim, pode ainda minimizar o impacto dos constrangimentos associados à prisão que impactam o bem-estar dos reclusos (Ferszt et al., 2015).

A sociedade tende a percecionar a prisão de forma negativa e estereotipada (Eisenman, 1990), contribuindo para a associação entre reclusão e delinquência (Cunha, 1994), assumindo que estas pessoas não têm uma identidade própria que abranja mais do que apenas a reclusão.

Porém, o estigma pode anteceder a entrada na prisão, uma vez que muitas pessoas reclusas pertencem a grupos social e economicamente vulneráveis e com baixos níveis de escolaridade (Celinska & Sung, 2014; Granja et al., 2013). Assim, a prisão pode exacerbar processos de marginalização já anteriormente experienciados (Cunha & Granja, 2014).

Neste contexto, alguns comportamentos criminais podem ser percecionados pelos próprios como respostas às circunstâncias desfavoráveis em que vivem, nomeadamente, quando associados à necessidade de garantir o bem-estar familiar, existindo a possibilidade de o comportamento criminal ser um modo de resiliência da opressão sofrida na sociedade

(Richards-Karamarkovich & Umamaheswar, 2024). Do mesmo modo, experiências traumáticas na infância podem estar presentes nos percursos de pessoas reclusas e, em alguns casos, os crimes podem ser justificados pela necessidade de proporcionar algo aos filhos, ou seja, fazem uso desta técnica de neutralização para justificar os delitos (O'Malley et al., 2023; Sykes & Matza, 1957). Após a saída da prisão, permanece, ainda, o estigma de ter estado preso, podendo dificultar a reintegração na comunidade (Breuer et al., 2021).

Embora, atualmente, a prisão seja considerada um espaço de reabilitação, historicamente a preocupação central estava associada à regeneração moral dos delinquentes através de programas sistemáticos (Cunha, 1994). Apesar desta mudança, a reabilitação não parece estar plenamente instituída nas prisões portuguesas, persistindo a perceção de que a prisão continua a ser um espaço predominantemente punitivo que promove a separação dos reclusos das suas famílias e comunidades (Breuer et al., 2021).

A diferença na vivência em reclusão com base no género

A prisão, tanto para homens como para mulheres, exige uma adaptação à realidade imposta (Granja et al., 2013) e uma mudança nos papéis anteriormente desempenhados, nomeadamente no seio familiar (Easterling et al., 2019). Contudo, apesar destas características comuns, verificam-se diferenças associadas ao género. As prisões podem, assim, ser entendidas como instituições baseadas no género, sendo particularmente evidente, nos estabelecimentos prisionais femininos, a centralidade atribuída à reprodução e à domesticidade. A "conversa da prisão" tende a centrar-se nos filhos e nos maridos e na separação destas figuras, enquanto outros aspetos individuais das mulheres podem assumir menor destaque (Cunha, 1994; Cunha & Granja, 2014).

Embora a população feminina em reclusão tenha vindo a aumentar, continua a representar uma minoria do universo prisional mundial, correspondendo a 4,3%, o que reforça a necessidade de considerar as suas necessidades específicas enquanto grupo diverso e marginalizado (Breuer et al., 2021; Pinto, 2023).

As diferenças entre homens e mulheres reclusas verificam-se, também, nos percursos criminais e nas formas de suporte. A maioria dos crimes cometidos pelas mulheres é considerada menos violenta ou de menor gravidade, resultando em sentenças mais curtas do que as dos homens (O'Malley et al., 2023). Além disso, as mulheres procuram, mais frequentemente, suporte na família e nos amigos no exterior, constituindo este apoio uma

dimensão relevante durante a reclusão e para a prevenção da reincidência (Hutchinson et al., 2008; Pinto, 2023).

A experiência prisional pode ainda ter consequências particularmente relevantes para a saúde mental das mulheres, estando associada a ansiedade e, por vezes, depressão (Ferszt et al., 2015; Paynter et al., 2019). A mulher delinquente é vista como "duplamente desviante", tanto socialmente como em relação ao género e é necessário existir uma reabilitação para a colocar, novamente, no papel esperado para o seu género, através da promoção de hábitos domésticos, responsabilidade maternal e habilidades de maternidade (Cunha, 1994; Cunha e Granja, 2014). Segundo Cunha (1994), existe um estatuto de menoridade e vulnerabilidade associado às mulheres reclusas que se tornam, *uma vez caídas no mundo desviante, quase irredimíveis* (p. 23) e a convivência com outras mulheres que cometeram ofensas traz efeitos mais danosos do que no caso dos homens.

Desde o século XVIII, nas sociedades ocidentais, a mulher tem sido socialmente associada ao papel de cuidadora primária e suporte emocional da família, enquanto o homem é o sustento económico e a autoridade familiar (Freitas et al., 2016; Parry, 2022). A reclusão faz com que esta ideologia não possa ser mantida, podendo entrar em confronto com ideais que, parte da população, ainda possui em relação às funções de cada género. Assim, estas mulheres acabam a violar os estereótipos de género, pois cometem crimes, algo que é mais provável de acontecer nos homens (Easterling et al., 2019).

As mulheres reclusas apresentam, frequentemente, percursos marcados por violência, abuso físico, emocional e sexual, polivitimação e vulnerabilidade socioeconómica, sendo também descritos contextos de desemprego e dificuldades familiares que as levam a cometer atos delinquentes e criminosos por se encontrarem em circunstâncias difíceis (Celinska & Sung, 2014; Cunha, 1994; Ferszt et al., 2015; Parry, 2022; Loucks, 2010). Estas experiências podem coexistir com redes familiares fragilizadas e dinâmicas relacionais disfuncionais (Parry, 2022).

No contexto prisional, as desigualdades de género refletem-se, igualmente, na parentalidade, que necessita de ser reconfigurada num contexto distinto do tradicional (Granja et al., 2013). A responsabilidade pelos cuidados aos filhos recai, em grande medida, sobre as mães reclusas (Freitas et al., 2016), que são desproporcionalmente responsabilizadas pelo impacto da reclusão nos filhos (Walker, 2018). A maternidade é, assim, objeto de maior escrutínio social do que a paternidade, que tende a ser mais periférica, sendo a presença no contexto prisional suscetível de acentuar esta assimetria (Cunha & Granja, 2013; Granja et al., 2013; Cunha & Granja, 2014). As mães infratoras podem ser percecionadas como incapazes ou desmerecedoras de manter relações com os filhos devido à sua situação de reclusão, o que pode

contribuir para um maior sofrimento quando comparado com os pais (Mignon & Ransford, 2012).

Maternidade e reclusão

De uma forma geral, a maternidade é um conceito socialmente construído e, em grande parte das culturas, constitui um papel central da mulher (Parry, 2022; Granja et al., 2013), existindo uma forte pressão para que este seja uma das suas principais prioridades. Assim, tal responsabilidade tem de estar no topo das prioridades de vida da mulher e "falhar" neste papel põe a própria construção social em risco (Easterling et al., 2019). A maternidade engloba responsabilidades relacionadas com a proteção dos filhos, o seu desenvolvimento emocional, cognitivo e social e a transmissão de comportamentos socialmente aceites, tornando-se uma experiência exigente e prolongada (O'Malley et al., 2023; Ruddick, 1995).

Estas exigências podem ser particularmente difíceis de cumprir em situações de pobreza, idade jovem ou na ausência de uma rede de suporte, podendo contribuir para o envolvimento em comportamentos delinquentes, por se sentirem incapazes de atender a todas as expectativas (Easterling et al., 2019; Parry, 2022; Loucks, 2010).

Nos estabelecimentos prisionais, a lei é neutra relativamente à permanência das crianças com os pais, permitindo que tanto homens como mulheres possam permanecer com os filhos. Contudo, na prática, esta possibilidade é sobretudo concretizada pelas mulheres, devido a disposições práticas e logísticas como a inexistência de creches e celas adaptadas nos estabelecimentos masculinos. Assim, apesar de a Lei nº 115/2009, artigo 4.º, n.º 3, prever que sejam atendidas "necessidades especiais" relacionadas com a maternidade, estas não se verificam relativamente à paternidade, evidenciando a associação da parentalidade às mulheres (Cunha & Granja, 2014; Lei n.º 115/2009; Lei n.º 51/2011).

Em Portugal, os filhos podem permanecer com as mães no estabelecimento prisional até aos três anos ou, excecionalmente, até aos cinco, embora a idade limite varie entre países. Como exemplo, Espanha e Itália permitem a permanência até aos seis anos enquanto no Reino Unido o limite é de 18 meses (Freitas et al., 2016). Anteriormente, a permanência das crianças na prisão estava associada à tentativa de promover a mudança comportamental das mães e reparar uma identidade maternal considerada perdida (Cunha & Granja, 2014; Breuer et al., 2021). A reclusão materna pode afetar a identidade maternal e a relação estabelecida com os filhos (Breuer et al., 2021; Easterling et al., 2019) e, neste contexto, é frequente a presença de

sentimentos de culpa relativamente à situação prisional e ao impacto desta nos filhos (Cunha & Granja, 2014).

As mães que optam por não manter os filhos consigo fazem-no, maioritariamente, por considerarem que a reclusão poderá ser prejudicial para as crianças, priorizando o seu bem-estar (Cunha & Granja, 2014; Freitas et al., 2016). Ao não viverem com os filhos, denotam entraves na comunicação com estes, reforçando sentimentos de incerteza e tensão e contribuindo para a mudança da identidade parental, sendo forçada a sua redefinição (Easterling & Feldmayer, 2017; Granja et al., 2013).

O afastamento da família está, ainda, associado a sentimentos de tristeza, ansiedade e, em alguns casos, depressão e dificuldades de sono (Ferszt et al., 2015; Hutchinson et al., 2008). Algumas mulheres enfrentam, também, dificuldades em reconstruir a relação com os filhos devido ao estigma associado à sua condição de reclusas e à perceção de serem consideradas "inaptas" para exercer a maternidade (Granja et al., 2013).

Mesmo quando não residem diariamente com os filhos, as reclusas procuram manter a identidade maternal, acompanhando a vida das crianças e manifestando a intenção de compensar a sua ausência após a libertação (Cunha & Granja, 2014).

A perda de direitos, poder e contacto com os filhos, associada às expectativas sociais sobre o que significa ser "boa mãe", pode desafiar o exercício do papel materno. Contudo, as próprias reclusas continuam a considerar-se mães, embora reconheçam que a forma de exercer esse papel se altera (Easterling et al., 2019). Assim, as mães que não residem com os filhos na prisão podem enfrentar fatores stressores adicionais, relacionados com a falta de confiança na maternidade, com as visitas dos filhos e preocupações acerca do reencontro com estes (Hutchinson et al., 2008).

Para as mulheres que mantêm os filhos consigo, os estabelecimentos prisionais dispõem de celas adaptadas e de uma creche, autónoma do bloco das celas, onde as crianças permanecem durante o dia e convivem entre si, favorecendo o seu desenvolvimento (Afonso, 2005; Cunha, 1994; Cunha & Granja, 2014). São ainda disponibilizados serviços médicos para mães e crianças e é possível realizar as refeições com os filhos (Cunha, 1994; Freitas et al., 2016).

Apesar destas vantagens, a permanência das crianças na prisão envolve, também, dificuldades (Freitas et al., 2016). Assim, as mães, ao manter os filhos consigo podem ser percecionadas como irresponsáveis por exporem as crianças ao contexto prisional (Aragão, 2018), sendo igualmente referidos sentimentos de frustração e desesperança, perante as condições em que os filhos vivem (Walker, 2018). Além disso, o medo de perder a criança e a perceção de que a maternidade é constantemente avaliada pelo *staff* prisional podem intensificar

sentimentos de culpa e vergonha (Cunha & Granja, 2014; Walker, 2018) e, embora algumas reclusas que não têm os filhos consigo refiram que as que têm recebem uma atenção especial por parte das guardas, as mães relatam falta de apoio e estigmatização, evidenciando experiências distintas em relação ao *staff* prisional (Breuer et al., 2021; Freitas et al., 2016).

As relações entre reclusas podem, também, ser influenciadas pela maternidade, sendo referidos conflitos relacionados com os filhos e, talvez por este motivo, uma preferência pelo recurso à família como fonte de suporte e o recurso a estratégias de coping que se baseiem na força interior, distração e negação (Cunha, 1994; Cunha & Granja, 2014; Hutchinson et al., 2008).

Porém, a presença dos filhos pode assumir uma dimensão positiva, sendo associada a menor risco de suicídio e a uma experiência de reclusão mais suportável, através da redução da solidão e da angústia (Cunha, 1994; Paynter et al., 2019). Para algumas mulheres, a prisão pode representar um *espaço de segurança, rotina e refeições regulares,* contrastando com condições de vida anteriores mais difíceis (Walker, 2018, p. 204). Deste modo, muitas mães, ao manter os filhos consigo, acabam a priorizar o seu bem-estar, visto que a presença das crianças pode atenuar o sofrimento e solidão associados à reclusão e incentivar comportamentos que consideram adequados enquanto modelos para os filhos (Freitas et al., 2016).

As mães reclusas são, muitas vezes, solteiras e provêm de comunidades menosprezadas e de circunstâncias de vida mais desvantajosas (Breuer et al., 2021; Parry, 2022), o que faz com que, mesmo estando no exterior, sejam rotuladas como "más mães" (Easterling et al., 2019), rótulo ainda mais marcado quando as obrigações que o papel de mãe exige as faz sentir tão sobrecarregadas que acabam a cometer atos delinquentes que contribuem para a sua reclusão e para a desintegração da estrutura familiar (Parry, 2022). Assim, estas mulheres enfrentam uma pressão acrescida para serem "boas mães" (Celinska & Sung, 2014; Pinto, 2023), apesar das limitações impostas pelo contexto prisional. A reclusão acrescenta, assim, o estigma associado à condição de reclusão às expectativas culturais sobre a maternidade, podendo contribuir para a perceção da mãe infratora como incapaz de desempenhar adequadamente o seu papel, uma vez que a mãe reclusa *ofende a visão idealizada da sociedade da mulher como cuidadora, nutridora e atenta aos filhos* (Beckerman, 1991, p. 172).

O número de crianças que residem na prisão com as mães tem variado ao longo do tempo e, apesar da escassez de dados, é possível verificar que, em 2016, contabilizavam-se 31 crianças nos estabelecimentos prisionais (7 em Santa Cruz do Bispo e as restantes na "Casa das Mães", em Tires) (Colaço, 1 de junho de 2016). Em 2019, em Santa Cruz do Bispo, residiam

12 crianças (Mandim, 21 de novembro de 2019) e, em 2023, este número diminuiu para 10 e, na "Casa das Mães", o número situava-se nas 12 crianças (Henrique, 19 de novembro de 2023).

Em Santa Cruz do Bispo, a capacidade da creche é de 32 crianças e esta funciona entre as 9:00 e as 17:30, estando organizada em três áreas de acordo com a faixa etária: até aos 18 meses, dos 18 meses aos 3 anos e dos 3 aos 5 anos (Mandim, 21 de novembro de 2019). O objetivo é proporcionar condições que permitam às crianças manter o seu desenvolvimento físico, mental e social tão próximo quanto possível do esperado no exterior.

Assim, a população reclusa feminina enfrenta diversos desafios no exercício da maternidade, com oportunidades mais restritas e possíveis impactos na identidade parental e no bem-estar emocional (Easterling et al., 2019; O'Malley et al., 2023; Parry, 2022). Após a libertação, podem ainda persistir dificuldades na reorganização dos papéis familiares e na reconceptualização da maternidade, evidenciando que os efeitos da reclusão podem prolongar-se para lá do cumprimento da pena (Richards-Karamarkovich & Umamaheswar, 2024).

A importância de escutar as mães reclusas

Tendo em conta os desafios enfrentados pelas mães reclusas, é essencial conhecer a sua perspetiva, compreender as suas experiências e o significado que atribuem à maternidade na prisão, de forma a contribuir para a criação de intervenções apropriadas a esta população (Easterling et al., 2019; Paynter et al., 2019).

Contrariamente a muitos estudos que se centram na perspetiva dos filhos (Hutchinson et al., 2008), é fulcral ouvir as mães, pois estas enfrentam diversos fatores de risco que tornam o exercício da parentalidade, particularmente, exigente. A investigação existente foca-se na população prisional masculina, sendo, por isso, relevante atender às necessidades específicas das mulheres enquanto população marginalizada e minoritária no contexto prisional (Celinska & Siegel, 2010; Cunha, 1994; Loucks, 2010). Assim, importa compreender as suas necessidades, nomeadamente ao nível dos cuidados de saúde para si e para os filhos, bem como aferir se os seus direitos e os dos filhos são assegurados no estabelecimento prisional, o que algumas referem não acontecer de forma completa (Breuer et al., 2021; Freitas et al., 2016; Paynter et al., 2019).

A escuta destas mulheres poderá contribuir para o desenvolvimento de programas e intervenções que promovam a relação entre mães e filhos e o bem-estar de ambos, visto que este contacto auxilia o desenvolvimento de uma relação saudável e positiva das mães com elas próprias (Easterling et al., 2019; O'Malley et al., 2023), nunca esquecendo os sentimentos

associados à reclusão, a forma como as mulheres se percecionam e as dificuldades que experienciam no exercício da maternidade. Assim, dar-se-á oportunidade, a uma população marginalizada e estereotipada, de se expressar, o que, num contexto de reclusão, é ainda mais necessário para que a sua voz seja ouvida e possa ecoar numa sociedade que as fragiliza, menospreza e diminui.

Método

Este é um estudo exploratório que adota uma metodologia qualitativa com o objetivo de compreender de que maneira a reclusão influencia a perceção da maternidade de mulheres reclusas que vivem com os filhos no estabelecimento prisional.

O recurso a um método qualitativo justifica-se pela necessidade de compreender a perspetiva das participantes, considerando o seu contexto de vida particular, os significados que atribuem às experiências de vida e a forma como interpretam as suas vivências (Azevedo, 2017; Braun & Clarke, 2013; Bryman, 2016). Assim, o contexto assume particular relevância, visto que não é possível criar sentido nos dados recolhidos quando estes são isolados do contexto em que ocorrem (Braun & Clarke, 2013). Esta abordagem permite compreender, de forma aprofundada, as experiências das participantes e promover a sua humanização, algo particularmente relevante no estudo de um grupo marginalizado, como a população reclusa (Azevedo, 2017; Braun & Clarke, 2013).

Assim, realizaram-se entrevistas semiestruturadas individuais a mulheres reclusas que vivem com filhos na prisão. Este método revela-se adequado à investigação das experiências de vida, permitindo compreender as vivências das participantes, os significados que atribuem às suas experiências e a forma como estas as afetam (Seidman, 2006; Braun & Clarke, 2013). A possibilidade de desenvolverem a própria narrativa torna a compreensão das suas realidades e do contexto mais acessível e rica (Parry, 2022). O recurso às entrevistas permite, ainda, observar a pessoa e identificar, através da linguagem corporal, subtilezas que os inquéritos não permitem (Spencer & Kochel, 2021), como sinais de nervosismo, inquietação ou desconforto perante determinadas questões, particularmente quando estas podem abordar áreas emocionalmente sensíveis (Seidman, 2006).

Ao demonstrar interesse pelas histórias destas mulheres, estamos a salientar a sua importância (Seidman, 2006) e a realçar o contributo significativo para o estudo.

1. Objeto e Objetivos da investigação

O objeto de estudo são as mulheres reclusas que residem com os filhos no Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo feminino.

A partir do estado da arte e considerada a reduzida investigação nesta área, pretende-se alargar o conhecimento existente sobre o tema. Assim, o objetivo principal é compreender o impacto da reclusão na perceção da maternidade por parte de mães reclusas, especificamente: 1) Conhecer as experiências vividas e os desafios de ser mãe em contexto de reclusão; 2) Conhecer as perceções das mães reclusas sobre o apoio social, o apoio a nível da saúde e o apoio prestado aos filhos dentro da prisão; 3) Perceber de que forma o contexto prisional influencia o seu bem-estar e o dos filhos; 4) Explorar as expectativas de futuro destas mulheres.

2. Participantes

Num primeiro momento, foi contactada a totalidade das reclusas que coabitam com, pelo menos, um filho no estabelecimento prisional, tendo duas recusado participar. A amostra final é composta por 10 mulheres reclusas, sendo uma amostra por conveniência, visto que as participantes pertencem a um grupo que foi contactado nesta cadeia. As participantes têm entre 27 e 42 anos e todas residem com um filho no estabelecimento prisional, com idades entre os 10 meses e os 3 anos. Embora residam com apenas uma criança, todas têm outros filhos no exterior, tendo entre dois e cinco filhos no total. A maioria das participantes tem nacionalidade portuguesa e encontrava-se empregada antes da reclusão. A média do tempo de reclusão das 10 participantes é de um ano e dois meses.[1]

3. Instrumento e procedimentos

O instrumento de recolha de dados foi uma entrevista semiestruturada, composta por 17 questões de resposta aberta, que abordaram o percurso criminal, a adaptação e a maternidade na prisão e as perspetivas de futuro. O guião de entrevista (Anexo 1) foi elaborado a partir da revisão de literatura realizada, que revelou lacunas nos temas abordados.

O guião foi estruturado de forma a orientar a entrevista e proporcionar às participantes maior confiança e conforto na partilha de informação pessoal, contribuindo para a recolha de dados mais detalhados e relevantes para a questão de investigação (Braun e Clarke, 2013).

[1] Outros dados sociodemográficos, nomeadamente, a nacionalidade de cada participante, não são mencionados como forma de manter a confidencialidade e anonimato das mulheres.

3.1. Procedimentos de recolha de dados

Antes da entrevista, as participantes assinaram o consentimento informado (Anexo 2), no qual constavam informações sobre a investigação, nomeadamente a possibilidade de desistirem a qualquer momento, bem como a garantia da privacidade e confidencialidade.

As entrevistas foram realizadas individualmente, numa sala reservada do estabelecimento prisional, de forma a garantir a privacidade e o conforto das participantes. Cada entrevista teve uma duração média de 30 minutos, tendo sido gravada e, posteriormente, transcrita. A gravação permitiu preservar, com maior fidelidade, os discursos e minimizar as limitações associadas à recordação do conteúdo narrado (Azevedo, 2017; Seidman, 2006). Após a transcrição, os áudios foram eliminados.

Segundo Braun e Clarke (2013), a transcrição constitui um produto da interação entre a gravação e o transcritor, que faz escolhas sobre o que deve ser preservado e de que forma deve ser representado.

3.2. Procedimentos de tratamento de dados

Após a transcrição, procedeu-se à codificação dos dados, identificando os aspetos relevantes e relacionados com a questão de investigação (Seidman, 2006; Braun & Clarke, 2013).

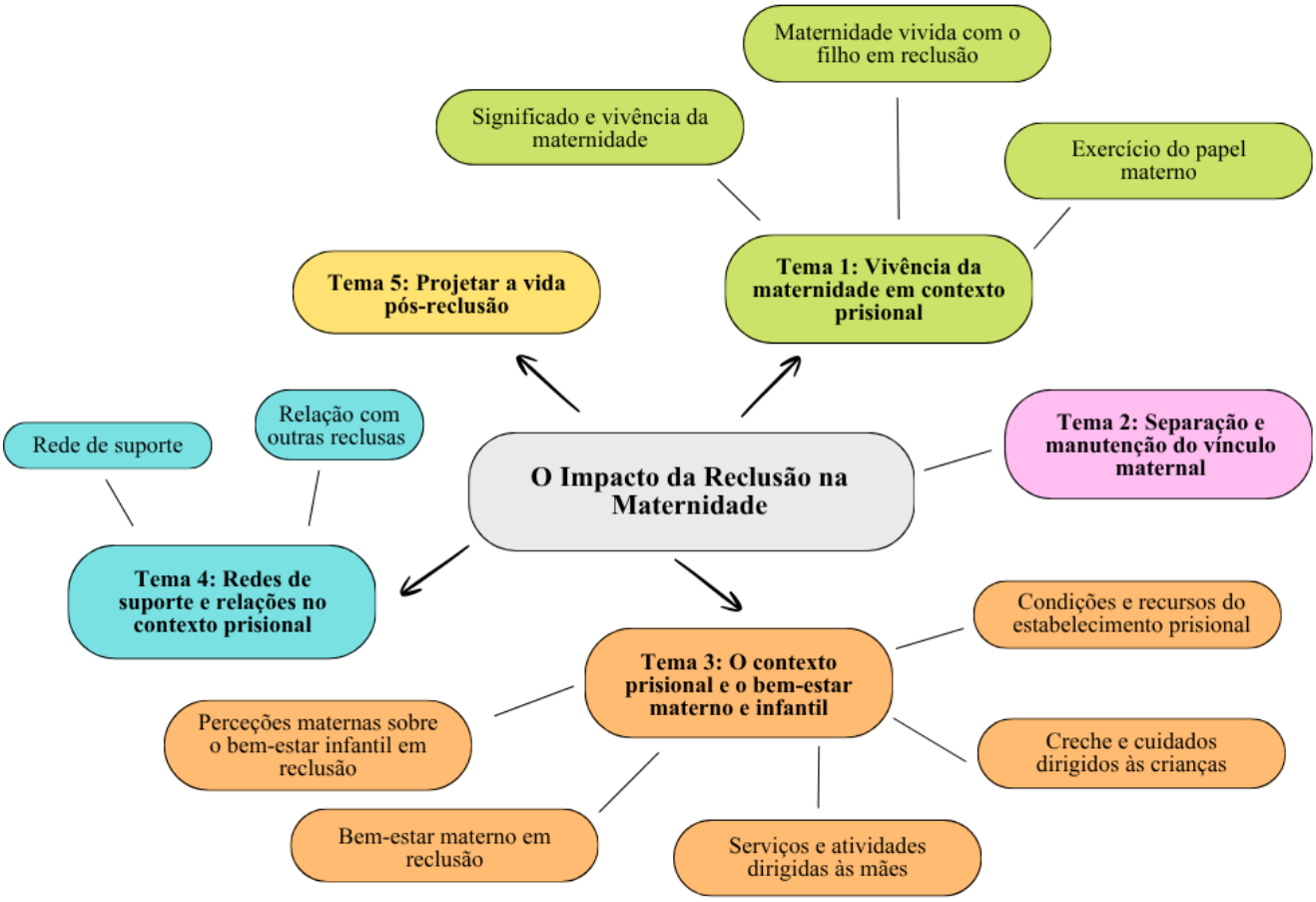
Assim, foi realizada uma análise temática com o objetivo de identificar os principais padrões de significado presentes nos discursos das participantes, considerando a sua pertinência face aos objetivos do estudo. A análise temática permite identificar, analisar e criar padrões (temas) nos dados, possibilitando uma análise complexa e detalhada (Braun & Clarke, 2006). Este método permite, ainda, compreender a forma como as participantes atribuem significado às suas experiências e como o contexto social as influencia (Braun & Clarke, 2006).

A partir dos códigos emergentes da análise de padrões de significado, foram criados subtemas e temas, organizados em cinco categorias principais: Tema 1- Vivência da maternidade em contexto prisional; Tema 2- Separação e manutenção do vínculo maternal; Tema 3- O contexto prisional e o bem-estar materno e infantil; Tema 4- Redes de suporte e relações no contexto prisional e Tema 5- Projetar a vida pós-reclusão.

Os subtemas permitiram estruturar os temas e demonstrar a complexidade dos dados e a diversidade de ideias presentes em cada categoria (Braun & Clarke, 2006). Foi ainda elaborado um mapa temático (Figura 1), de forma a representar e organizar visualmente os temas e subtemas.

Figura 1

Mapa temático relativo aos temas e subtemas resultantes da análise temática



Apresentação e discussão dos resultados

Nesta secção, apresenta-se a análise dos dados obtidos a partir das entrevistas. Como tal, os resultados são apresentados de acordo com os temas e subtemas criados e ilustrados com alguns excertos do discurso das participantes. Além disso, será elaborada a discussão destes dados à luz do enquadramento teórico e da literatura pré-existente.

1. Vivência da maternidade em contexto prisional

A maternidade assume, em reclusão, um significado central para as participantes, envolvendo aspetos positivos, nomeadamente a possibilidade de uma maior presença na vida dos filhos que com elas residem, e negativos, como o afastamento de outros filhos presentes no exterior. Para mais, o exercício da maternidade é reconfigurado no contexto prisional, podendo

caracterizar-se pela continuidade das funções maternas ou por limitações ao seu desempenho. Os discursos das mulheres apontam, também, para que a presença das crianças torne a reclusão menos pesada e mais suportável.

1.1. Significados e vivências da maternidade

As participantes atribuem à maternidade um profundo significado, descrevendo-a como uma experiência transformadora nas suas vidas. A maioria das mulheres menciona que a maternidade constituiu um marco importante na sua trajetória, referindo que: *"Ela é tudo para mim. É a coisa melhor do mundo."* (Participante D). Uma das reclusas refere-se ao filho como *"um recomeço"* (Participante A), enquanto outra afirma: *"Eu nasci para ser mãe, só não o soube ser em algumas fases da minha vida. Não soube priorizar."* (Participante G). Estes discursos demonstram a centralidade que os filhos ocupam na vida das participantes, sendo percecionados como uma prioridade.

Uma parte das mulheres associa a maternidade a uma mudança na identidade – *"É como se antes dele eu não existisse."* (Participante A) e *"Os filhos são a minha vida, não sou nada sem eles."* (Participante E) – mostrando como o "ser mãe" passa a ocupar um lugar central na identidade. Uma das mães acrescenta: *"É como se antes dele eu não sabia o que era amor." (*Participante A), reforçando a perceção da maternidade como uma experiência de descoberta de sentimentos, até ao momento, vividos de outra maneira.

Para uma participante, a maternidade foi impulsionadora da mudança de rumo de vida – *"(...) a minha vida mudou um bocadinho porque a gente tem outra perceção da vida (...) o ser mãe ajudou-me a mudar a minha vida por completo e para melhor."* (Participante I). Assim, a maternidade parece apresentar-se como uma oportunidade de redefinir prioridades e reorganizar o percurso de vida.

Em reclusão, a maternidade assume contornos específicos, podendo diferir da forma como é vivenciada no exterior. Algumas mulheres consideram que conseguem estar mais presentes na vida dos filhos, sobretudo por passarem mais tempo com estes – *"Lá fora talvez eu estava trabalhando, não ia estar junto com ele (...)"* (Participante A) e *"Temos mais tempo para com o filho. Se estivesse na rua, provavelmente, quando ele fizesse seis meses eu ia trabalhar."* (Participante I). Estes discursos evidenciam como o trabalho pode condicionar a oportunidade de acompanhar o crescimento das crianças e vão ao encontro de Mello e Gauer (2011) que referem que, em contexto prisional, as mulheres podem ter maior facilidade em exercer o papel materno.

A maternidade é percecionada como distinta da experienciada no exterior, por algumas participantes - *"É como se eu estivesse sendo mãe a primeira vez."* (Participante A) e *"Aqui aprende-se a ser mãe de outra maneira, não é como lá fora."* (Participante J) - sugerindo que a reclusão pode implicar uma nova aprendizagem e modo de exercer a maternidade. Esta perspetiva vai além dos resultados de Easterling et al. (2019) que referem diferenças na forma como as reclusas exercem o seu papel materno dentro e fora da prisão, realçando que a reclusão não implica apenas uma alteração no exercício da maternidade, mas também uma perceção de aprendizagem e reconstrução da própria experiência da maternidade.

Uma participante menciona que *"Antes de vir em reclusão eu não dava tanta importância e significado à palavra mãe. Depois de vir em reclusão, acho que foi a coisa mais importante que eu fiz na minha vida."* (Participante G), sugerindo uma ressignificação e maior valorização da maternidade, o que encontra paralelo nos estudos de Breuer et al. (2021) e Easterling et al. (2019).

Por outro lado, algumas reclusas descrevem a maternidade em contexto prisional como mais exigente – *"É um pouco mais complicado."* (Participante D) e *"Lá fora não há tantas interferências (...) Custa mais um bocado."* (Participante H). Assim, apesar de a reclusão permitir, para algumas mulheres, uma maior presença junto dos filhos, acarreta constrangimentos que podem tornar o exercício da maternidade mais exigente. Estes resultados convergem com os de Villalta et al. (2019) que concluíram que permanecer em reclusão com o/a filho/a pode tornar o exercício da maternidade mais intenso. No presente estudo, para algumas participantes, esta exigência relaciona-se com a presença e convivência com muitas crianças.

1.2. Exercício do papel materno

As narrativas das participantes evidenciam diversas maneiras de exercer o papel materno na prisão. De uma forma geral, é percetível uma capacidade de manter o exercício da maternidade, embora se reconheçam algumas limitações. Enquanto a maioria considera conseguir cumprir as exigências maternas, uma das mulheres refere não as conseguir satisfazer. Outra mãe verbaliza que: *"A 100% não consigo cumprir."* (Participante G) e outra refere que *"Ao primeiro não conseguia, agora sim."* (Participante D). Assim, os relatos sugerem que a perceção acerca da capacidade de cumprimento das exigências maternas não é uniforme.

Entre os aspetos valorizados pelas participantes encontra-se a possibilidade de acompanhar o crescimento das crianças – *"Acompanhei o andar dele, a primeira palavra..."* (Participante C) – evidenciando a importância atribuída à presença materna. Porém, algumas participantes referem limitações na autonomia do papel materno, nomeadamente, na tomada de decisões relativas aos filhos – *"Não posso decidir o que é que o meu filho come, o que faz ou não faz, tenho a obrigação de o levar à creche (...) não o incluir em atividades extracurriculares..."* (Participante G). Simultaneamente, Breuer et al. (2021) e Thongyou et al. (2023) verificaram que a prisão pode limitar a capacidade das mães tomarem decisões relativas aos filhos, embora Thongyou et al. (2023) associem esta perda de autonomia a sentimentos de impotência e desconexão do papel materno, o que não se verificou no presente estudo.

Algumas participantes valorizam o facto de serem as próprias a educar as crianças, considerando que tal lhes permite manter maior controlo sobre a educação – *"Aqui ele quer uma coisa e eu não quero dar. E aí, se tivesse a minha mãe, pode ser que ela esperasse eu virar costas para ela poder dar."* (Participante A) e *"Poder ser o ideal de educação que eu pretendia. Não estar outra pessoa a dar algo que eu não quero que dê."* (Participante H) –, evidenciando a importância atribuída à possibilidade de assegurar que as práticas educativas correspondem às próprias escolhas, algo que consideram poder ficar comprometido quando os filhos estão com outros cuidadores.

As mulheres dividem-se, contudo, entre a perceção de continuidade dos princípios educativos empregues no exterior – *"É exatamente igual."* (Participante G) – e a dificuldade em educar as crianças da mesma maneira – *"Estando cá dentro, difere um bocadinho da educação dele lá fora."* (Participante E). A perceção das práticas educativas não é, então, homogénea. Embora esta continuidade não tenha sido verificada no estudo de Kennedy et al. (2020), estes autores identificaram dificuldades em manter os princípios educativos em reclusão, sendo a prisão percecionada como comprometedora da capacidade de educar os filhos.

O exercício da maternidade ocorre, ainda, num contexto em que algumas participantes sentem que são observadas e avaliadas – *"Nós aqui somos um bocadinho avaliadas se é boa mãe, porque é que faz isto, mas isso é normal. Nós aqui estamos mais à vista."* (Participante I). Este discurso sugere que o contexto prisional torna as práticas maternas mais visíveis, acrescentando uma dimensão à experiência de ser mãe que pode não existir no exterior, o que converge com Breuer et al. (2021) que identificaram a perceção, por parte de algumas participantes, de serem observadas e avaliadas na prisão.

Por fim, algumas participantes percecionam que a reclusão pode facilitar o exercício da maternidade – *"Eu consigo ser mais mãe estando aqui.* [Se o filho estivesse no exterior] *Eu ia*

perder muitas coisas que eu consigo viver com ele aqui." (Participante A). Este discurso reforça que, apesar das limitações, a permanência com os filhos pode ser uma oportunidade de exercer a maternidade de forma mais próxima.

1.3. Maternidade vivida com o/a/s filho/a/s em reclusão

A experiência de viver com o/a filho/a em reclusão é analisada pelas mulheres a partir de diferentes dimensões, nomeadamente o conforto proporcionado pela sua presença, a ocupação associada aos cuidados maternos e a perceção de que, estando com o/a filho/a, a reclusão torna-se mais facilmente suportável.

A permanência da criança é, para a maioria, sentida como uma atenuante do ambiente prisional – *"Ajuda-me a levar a pena de forma mais suave."* (Participante B) e *"Chego às 19 horas, dou-lhe banho, brinco. Depois vamos dormir e às vezes nem sinto muito a cadeia."* (Participante I). Estes discursos sugerem que a presença das crianças pode contribuir para uma perceção menos negativa da reclusão e para uma vivência mais suportável deste contexto, diminuindo o sofrimento associado à prisão (Cunha, 1994; Freitas et al., 2016; Paynter et al., 2019).

Para algumas mulheres, o filho constitui, ainda, uma companhia e fonte de conforto – *"Ela é um conforto, um entretenimento."* (Participante D) e *"Não estou sozinha, a verdade é que a gente tem sempre uma companhia."* (Participante F) –, parecendo atenuar a solidão vivenciada em reclusão. A Participante H acrescenta que *"Ter crianças aqui é assim um bocado de casa."*, sugerindo que a presença da criança aproxima, simbolicamente, a experiência prisional da vida no exterior. Estes resultados aprofundam os encontrados por Freitas et al. (2016), cujas participantes descrevem a presença dos filhos como um suporte emocional que permite viver a reclusão de forma mais leve. Os resultados da presente investigação acrescentam que a presença da criança aproxima as mães, simbolicamente, "de casa".

A maternidade em reclusão é marcada por uma perceção de passagem mais rápida do tempo, visto que, para algumas participantes, os cuidados prestados às crianças estruturaram a rotina – *"Distraio-me muito com ela porque tenho de fazer as suas coisas, lavar a sua roupa, ter as suas coisas prontas. Tenho a mente mais ocupada."* (Participante B) e *"As coisas acabam por se fazer um bocadinho mais rápido."* (Participante F). A experiência é igualmente marcada pela preocupação com os cuidados prestados aos filhos, como refere a Participante A: *"Acho que deixando ele, ele não estaria sendo bem cuidado como ele está comigo."* e a Participante I: *"Acho que quando eles são pequenos precisam de mais cuidados, precisam da*

mãe.". Estes relatos evidenciam a importância dada à presença materna e à prestação de cuidados aos filhos, enquanto prioridades na vida destas mulheres (Paynter et al., 2019).

A decisão acerca da permanência da criança no estabelecimento prisional surge por diversos motivos. Uma participante refere que o filho nasceu com um problema de saúde e necessita de bastantes cuidados, enquanto outras justificam a decisão pela fase de amamentação. Uma parte das mulheres apresenta, ainda, razões logísticas – *"O pai também está preso. A minha mãe já tem uma certa idade então decidi ficar com ele."* (Participante H) e *"A minha avó também já tinha um que tinha dois anos e ia ser muito complicado ficar com os dois."* (Participante I). Uma das reclusas refere ter ponderado manter o filho no exterior, mas optou por não o fazer para não alterar a rotina familiar – *"Ponderei, só que a minha filha é muito aplicada nos estudos e a minha mãe tem 72 anos e eu não queria estar a mexer com a rotina deles."* (Participante G). Estes resultados convergem com os de Freitas et al. (2016), que identificaram razões semelhantes para a permanência dos filhos na prisão, nomeadamente a inexistência de pessoas disponíveis no exterior, a preocupação em não sobrecarregar a família (tal como a Participante G menciona) e a existência de outros menores a cargo dos potenciais cuidadores.

Por fim, uma participante afirma: *"Quando eu ficar sem ela a minha vida vai ser um inferno."* (Participante D), evidenciando a importância da presença da filha e antecipando a dificuldade associada à sua futura saída. Tal pode ser entendido à luz de Martínez-Álvarez e Sindeev (2020), que referem que a convivência com os filhos pode facilitar a vivência da reclusão, acrescentando o presente estudo a perceção de uma participante de que a futura ausência da criança constituirá uma mudança negativa e difícil.

2. Separação e manutenção do vínculo materno

A reclusão implica, para algumas participantes, a separação dos filhos que permanecem no exterior. Esta experiência de afastamento foi também identificada por Breuer et al. (2021), que evidenciaram como a prisão pode contribuir para o distanciamento das mulheres relativamente aos filhos, à família e à comunidade. Apesar da separação, as participantes procuram manter o contacto com os filhos através de visitas e telefonemas. Nos seus discursos emerge igualmente a preocupação com o impacto que a reclusão e o consequente afastamento poderão ter nos filhos que permanecem no exterior.

A maioria das mães considera importante manter a relação com os filhos para preservar o vínculo materno, sendo o contacto telefónico uma prática regular – *"Eu ligo todos os dias, sempre a mesma rotina."* (Participante D). Poehlmann (2005) afirma que a frequência dos

telefonemas contribui para a manutenção do vínculo materno e os discursos das participantes sugerem que os telefonemas integram, para algumas, as rotinas diárias. As visitas presenciais são igualmente consideradas importantes, referindo a Participante F que a filha *"vem sempre às visitas todas as semanas"*, enquanto a Participante I menciona que os filhos *"vêm sempre às visitas, duas em duas semanas"*. Assim, as mulheres procuram conjugar diferentes formas de contacto, procurando minimizar os efeitos da separação e manter a conexão emocional com os filhos (Kennedy et al., 2020).

A separação é acompanhada por sentimentos negativos para algumas participantes – *"Aqui sinto-me muito mal por causa do meu filho porque o deixei lá fora."* (Participante E) – o que sugere que o afastamento dos filhos é vivido de forma difícil, estando associado a sentimentos de tristeza e, por vezes, culpa. Breuer et al. (2021) e Kennedy et al. (2020) identificaram, igualmente, consequências emocionais negativas associadas à separação, incluindo ansiedade, desesperança e *distress*. No presente estudo, estes sentimentos não foram aferidos diretamente, pelo que os resultados permitem apenas identificar o sofrimento associado à separação.

Uma mãe expressa ainda um sentimento de "perda" dos filhos – *"Então eu tinha cinco, de um dia para o outro fiquei sem quatro. Foi muito difícil."* (Participante D) –, evidenciando a mudança abrupta na vivência da maternidade associada à perda da convivência diária com a maioria dos filhos. Outra participante refere sentir que está a falhar como mãe por não acompanhar, diariamente o crescimento dos filhos – *"Sinto que estou a falhar um bocadinho como mãe porque os meus filhos estão com os meus avós, não estão a crescer comigo."* (Participante I).

Os discursos evidenciam, ainda, dificuldades de alguns filhos em lidar com a separação materna. A Participante C refere que *"Agora aceita, mas na altura não estava a aceitar muito bem"*, acrescentando que o filho ficou *"muito revoltado com a nossa justiça"* e iniciou acompanhamento psicológico, estando *"a ser acompanhado por dois psicólogos, privado e na escola"*. Estes relatos sugerem, a partir das perceções maternas, a existência de repercussões emocionais da separação nas crianças.

Por fim, duas participantes referem que os filhos valorizam mais a presença materna do que os bens materiais. Assim, apesar de tentarem justificar a sua ausência explicando que estão a trabalhar para "*comprar brinquedos*", relatam que os filhos respondem: *"(...) não quero os brinquedos, quero a mãe."* (Participante E) e *"(...) eu não quero brinquedos, só te quero a ti."* (Participante I) o que, na perceção destas reclusas, evidencia a importância atribuída pelos filhos à proximidade e à presença da mãe.

3. O contexto prisional e o bem-estar materno e infantil

A perceção das mulheres acerca dos recursos e condições do estabelecimento prisional é heterogénea. Assim, algumas consideram que as condições são adequadas e adaptadas à realidade de viver com uma criança na prisão, enquanto outras afirmam a necessidade de existirem melhorias.

Relativamente à creche e aos cuidados dirigidos às crianças, os resultados evidenciam uma perspetiva, maioritariamente, positiva, apesar de existirem algumas limitações, principalmente, ao nível da disponibilidade de brinquedos e da alimentação. Ao nível das atividades e serviços dirigidos às mães, as participantes valorizam as atividades existentes, mas grande parte considera a oferta diminuta.

A reclusão é pautada por diferentes aspetos que influenciam o bem-estar das participantes, sendo marcada por acontecimentos negativos, nomeadamente a impossibilidade de acompanhar os filhos que se encontram no exterior e positivos, como a possibilidade de exercer uma maternidade mais próxima com o/a filho/a que permanece no estabelecimento prisional. Em relação às crianças, as participantes dividem-se quanto à existência ou não de um impacto da reclusão no bem-estar destas.

3.1. Condições e recursos do EP

As condições e os recursos disponibilizados no estabelecimento prisional são avaliados de diversas maneiras pelas participantes. Uma parte das mulheres perceciona estas condições como más – *"É mais mal do que bom."* (Participante B) – enquanto a maioria refere que são suficientes, apesar das limitações – *"Para os mínimos, está ótimo."* (Participante A). Além disso, duas participantes consideram as condições excelentes. Estes resultados diferem dos de Freitas et al. (2016) que identificaram uma perceção maioritariamente negativa das condições e serviços disponíveis, observando-se, na presente investigação, uma maior diversidade de avaliações. Não obstante, algumas mulheres identificam limitações no que concerne à dimensão das celas – *"as celas para as mães que têm bebés deveriam ser um bocadinho maiores*." (Participante E) –, o que vai ao encontro do evidenciado por Freitas et al. (2016), uma vez que também as mulheres desta investigação tinham esta perceção.

No que diz respeito aos serviços clínicos, a maioria das reclusas perceciona-os como excelentes – *"Já fui a duas consultas lá fora e eles levam. Nisso não tenho razão de queixa."* (Participante H) e *"Se está com algum problema, a gente informa as guardas ou liga e eles vêm logo ajudar, são muito prestativos e acessíveis."* (Participante I). Nesta linha, Freitas et al.

(2016) verificaram que as reclusas não apresentavam queixas relativamente aos serviços clínicos da prisão. Algumas mães consideram-nos suficientes, enquanto uma pequena parte os perceciona como insuficientes – *"Às vezes eles* [crianças] *estão mal e não fazem nada. O que me dizem é que lhe dê água."* (Participante B). Esta participante considera ainda que, no exterior, poderia prestar melhores cuidados de saúde ao filho, o que parece reforçar a perceção de que o contexto prisional pode limitar o acesso a alguns recursos e possibilidades de tratamento.

Alguns estudos apontam para uma perceção negativa acerca dos cuidados de saúde disponíveis para as reclusas, tendo em conta a falta de medicação adequada e uma resposta médica deficitária (Martínez-Álvarez e Sindeev, 2020; Walker, 2018). Estas descobertas são consistentes com os discursos de algumas participantes que referem não terem acesso a certos medicamentos nem a tratamentos adequados para as crianças. Esta heterogeneidade de perceções é consistente com Breuer et al. (2021), no qual foram enunciadas experiências positivas e negativas dos serviços clínicos.

A perceção de que a prisão não é um espaço adequado para as crianças é igualmente referida – *"Se vamos a ver, isto é uma cadeia. Independentemente de ser uma cadeia feita para acolher mães, não é propriamente um espaço para as crianças..."* (Participante G) – sugerindo a necessidade de adaptar este espaço às crianças. Estes resultados encontram suporte na literatura que refere que a prisão não é um ambiente adequado para as crianças e que as mesmas podem desenvolver problemas de sono, sentimentos de insegurança, raiva e tristeza associados a este ambiente (Ogrizek et al., 2021; Walker, 2018).

As participantes enumeram algumas melhorias que consideram importantes implementar, sobretudo relacionadas com as crianças. Uma grande parte considera que a alimentação dos filhos podia ser mais variada – *"Não há fruta, não há nada."* (Participante F) e *"A comida, principalmente para eles, é sempre a mesma coisa. Devia ter mais variedade."* (Participante H) – o que sugere a importância atribuída aos cuidados e recursos disponíveis para as crianças. Estes resultados convergem com os de Martínez-Álvarez e Sindeev (2020) e de Ogrizek et al. (2021) que identificaram preocupações semelhantes relativamente à variedade e adequação da alimentação das crianças.

3.2. Creche e cuidados dirigidos às crianças

Relativamente à creche e aos cuidados dirigidos às crianças, as participantes revelam uma perceção globalmente positiva, tal como encontrado por Freitas et al. (2016). Esta avaliação parece relacionar-se com as condições físicas e com a qualidade dos cuidados

prestados, sendo a creche percecionada como um espaço que permite às crianças um afastamento do contexto prisional – *"É uma coisa muito boa que eles têm aqui e saem um bocadinho deste contexto prisional. Tem excelentes condições (...)"* (Participante C) – e as profissionais percecionadas como cuidadoras – *"Elas são muito boas na creche, tratam bem."* (Participante D) e *"Eu confio plenamente nas da creche (...)"* (Participante I). Embora Ogrizek et al. (2021) não analisem, especificamente, a relação entre as crianças e os profissionais da creche, permitem contextualizar a importância atribuída às relações que as crianças estabelecem com os adultos que lhes prestam cuidados na prisão.

Por outro lado, a maioria das reclusas considera insuficientes os brinquedos disponíveis – *"(...) coisas que usávamos lá fora para estimular o seu crescimento, aqui não as temos."* (Participante B) e *"Os meninos não têm brinquedos cá, não têm um parque, um triciclo, as coisas básicas que eles lá fora conseguem ter."* (Participante F) – limitação igualmente identificada por Freitas et al. (2016) e Sapkota et al. (2022) que dão nota da falta de brinquedos, noutros estabelecimentos prisionais. Gobena e Duff Hean (2019) referem a ausência de espaços para brincar, tal como algumas das participantes do presente estudo.

A Participante I salienta a importância da existência de mais atividades no exterior da prisão, associando-as à possibilidade de proporcionar às crianças experiências mais próximas das que teriam fora do contexto prisional. Esta preocupação encontra paralelo no estudo de Sapkota et al. (2022) que referiam que o acesso limitado a atividades estimulantes afeta, negativamente, o desenvolvimento das crianças. Além disso, apenas uma participante considera que existem espaços adequados para as crianças brincarem.

Por fim, algumas mulheres percecionam efeitos positivos da reclusão no desenvolvimento das crianças, nomeadamente ao nível da linguagem e personalidade – *"(...) chegou aqui não falava nada, já fala."* (Participante H) e *"Aqui estão em contacto com muita gente, acho que até desenvolve outras aptidões. (...) a nível de personalidade eles ficam muito mais atentos a certas coisas."* (Participante I). Estes discursos sugerem que algumas das participantes percecionam a permanência das crianças no estabelecimento como uma oportunidade de desenvolverem competências de interação e aprendizagens. Estes resultados vão ao encontro de Afonso (2005), Cunha (1994) e Cunha e Granja (2014) que referem melhorias no desenvolvimento associadas à convivência com outras crianças sendo que, no presente estudo, especifica-se o desenvolvimento em termos linguísticos e da personalidade. Ogrizek et al. (2021) encontraram, por sua vez, uma perceção negativa quando as crianças não conviviam com outras crianças. Assim, os resultados de ambos os estudos sugerem a importância da interação entre as crianças para o seu desenvolvimento.

3.3. Serviços e atividades dirigidas às mães

Os relatos das mulheres são marcados, maioritariamente, pela perceção de que as atividades dirigidas às mães não são suficientes. Apesar de uma pequena parte considerar as atividades suficientes – *"Temos tido algumas atividades, alguns projetos (...) Temos bastantes atividades para as mães."* (Participante G) – a maioria perceciona que existem poucas– *"Nós tivemos uma formação, de resto mais nada."* (Participante F) e *"Não existem propriamente. Mesmo direcionadas às mães não temos muitas."* (Participante I). Rossiter et al. (2015) concluíram, igualmente, que existe uma perceção de insuficiência de atividades dirigidas a mães na prisão, o que vai ao encontro do enunciado pela maioria das participantes.

Uma parte das reclusas considera estes projetos importantes enquanto forma de aprendizagem, partilha de experiências da maternidade e aconselhamento entre mães. Como tal, a Participante A refere que *"seria bom para algumas mães aprenderem"* e a Participante I perceciona as atividades como *"muito educativas"*. A Participante F valoriza, ainda, os projetos em grupo, referindo que: *"As mães acabavam por desabafar, ter outra opinião, eu acho que isso faz muita falta."*. A literatura é consistente com estes dados, uma vez que as mães reclusas reconhecem a importância destes projetos para a partilha de experiências e conselhos acerca da maternidade e, por vezes, podem contribuir para melhorar o desempenho parental (Bico, 2024; Lovell et al., 2022, 2023; Rossiter et al., 2015). Rossiter et al. (2015) verificaram, ainda, uma perceção de menor isolamento por parte das mães, maior companheirismo e maior confiança enquanto mães após a realização deste tipo de projetos, o que reforça a sua importância.

Deste modo, a maioria das reclusas expressa vontade de participar em mais atividades – *"Algumas sessões de grupo, gostava, isso era interessante."* (Participante H) –, sendo que duas participantes apresentaram, também, sugestões como a dinamização de uma horta ou de grupos de psicologia. Estas propostas sugerem que as atividades poderiam, para além de ocupar o tempo, transmitir conhecimentos e proporcionar oportunidades de aprendizagem às mães. Para uma participante, constituem, ainda, uma forma de se abstrair da vivência prisional – *"Inscrevo-me nas atividades que há. Também não estamos sempre fechadas e a pensar, eu gosto de estar distraída."* (Participante I).

3.4. Bem-estar materno em reclusão

As narrativas das participantes demonstram que a experiência de reclusão está, frequentemente, associada a sentimentos de tristeza, sofrimento e perda maioritariamente relacionados com o afastamento da família. Duas das mulheres percecionam a reclusão como

uma vivência negativa – *"É ruim demais a gente perder a nossa liberdade. Só de pensar em tudo que está acontecendo lá fora e eu aqui dentro perdendo tudo..."* (Participante A) e *"Para mim é um castigo que é para a gente aprender."* (Participante J). Esta última participante associa, ainda, a reclusão a sentimentos de desvalorização – *"Aqui nós estamos presas e não somos ninguém."* –, relacionando-se com a literatura sobre a estigmatização das mulheres reclusas e perceção de inferioridade face à sociedade (Cunha & Granja, 2014). Assim, o discurso da participante parece ir além destes resultados, evidenciando uma perceção particularmente acentuada da desvalorização pessoal.

Uma pequena parte das participantes refere recorrer ao afastamento e isolamento como forma de lidar com a reclusão – *"Uma pessoa aqui tenta resguardar-se, eu tenho-me fechado para evitar discussões."* (Participante C). Para além disso, todas as mulheres referiram ter diversas ocupações, no estabelecimento prisional – *"Há a escola, o trabalho, o yoga, o ginásio, a dança, a biblioteca..."* (Participante E); *"Vou à missa, leio muito."* (Participante F) e *"Leio muito, vejo filmes, tenho o clube da leitura. Escrevo muito, organizo a minha cela..."* (Participante G) – o que sugere uma procura por manterem-se ocupadas durante a reclusão. Estas atividades constituem uma forma de afastamento da vivência prisional e de distração, podendo contribuir para o bem-estar materno. A reclusão surge, também, como uma oportunidade de refletir sobre os atos cometidos e aprender – *"A gente aqui dentro, agora, está a aprender com os erros que cometeu lá fora."* (Participante J) – evidenciando que, apesar da dimensão negativa atribuída à reclusão, algumas participantes identificam possibilidades de reflexão e mudança.

A reclusão surge, ainda, como uma oportunidade para concretizar projetos anteriormente adiados:

> Eu sempre quis fazer escola, só que nunca tive a oportunidade. Com a vida, os filhos, trabalho e tudo, fui deixando passar. Mal entrei no EP, a primeira coisa que meti na cabeça foi que tinha de concluir o 12º ano. (Participante G)

A possibilidade de concretizar objetivos pessoais durante a reclusão parece constituir uma dimensão positiva da experiência prisional, na medida em que as mulheres investem no seu desenvolvimento pessoal, o que pode contribuir para o seu bem-estar.

Em contrapartida, a Participante I perceciona a reclusão como uma interrupção de uma vida já reorganizada – *"Os meus processos foram em 2018/19. Entretanto fui mãe (...) a minha vida mudou um bocadinho e já estava a trabalhar, já tinha a minha vida organizada."*. Assim,

a reclusão pode constituir, simultaneamente, uma oportunidade para concretizar projetos e uma interrupção de projetos em curso.

A maternidade assume uma importância expressiva na forma como as participantes experienciam a reclusão. Deste modo, algumas expressam tristeza por serem mães na prisão – *"Triste porque a minha filha está presa comigo."* (Participante B) e *"Eu sei que há uma vida fora disto e saber que estou a privá-la, às vezes também me incomoda."* (Participante I) – sendo esta tristeza associada, pela Participante C, à perceção de um possível impacto negativo no filho: *"E eu penso 'se calhar estou a fazer mal ao meu filho'. Eu às vezes sinto-me triste por isso."*. Este discurso sugere um sentimento de culpa associado à perceção de que a reclusão pode afetar negativamente o filho, algo também observado por Cunha e Granja (2014).

A tristeza é igualmente expressa perante a perda de momentos familiares, a impossibilidade de a família acompanhar o crescimento da criança e a incapacidade de apoiar os familiares – *"O facto de não ter o pai presente, o crescimento dele não poder partilhá-lo com ninguém, aí custa-me um bocado."* (Participante G) e *"Eu sinto essa dor de não poder estar lá, apoiá-la. Eu sei que ela está a precisar de mim, tanto ela como os outros irmãos."* (Participante J).

O afastamento dos filhos que permanecem no exterior é ainda associado a um sentimento de injustiça percecionado pela Participante E: *"É injusto, eu devia poder ser mãe para um e para o outro."*, sugerindo limitações no exercício da maternidade com ambos os filhos. Easterling et al. (2019) identificaram uma perda ambígua associada à separação dos filhos e às limitações impostas pela reclusão, o que converge com o experienciado pelas mães da presente investigação sendo que, o discurso desta participante acrescenta, ainda, a dimensão da injustiça associada à incapacidade de exercer a maternidade com ambos os filhos.

Uma pequena parte das reclusas menciona a incapacidade de permanecer em reclusão sem o/a filho/a – *"(...) eu não consigo ficar sem ela. Se eu ficar condenada, ela fica comigo até ao fim."* (Participante D) e *"(...) eu tentei verificar se podia ou não mandá-lo para fora e não consegui, não tive essa capacidade emocional."* (Participante G) – o que sugere que existe sofrimento perante uma possível separação. Em contrapartida, outra mulher refere que a reclusão, a partir da convivência diária com o filho, permitiu uma melhoria desta relação – *"Depois que eu vim para cá (...) eu conheci ele bem. E talvez lá fora eu não conhecia bem ele."* (Participante A). A coexistência entre sofrimento e proximidade é evidenciada por Freitas et al. (2016), que identificaram benefícios associados à presença dos filhos, mas também sofrimento decorrente das limitações impostas pela reclusão, o que demonstra o carácter ambivalente associado à presença das crianças.

Para uma das mulheres, a experiência da filha na creche contribuiu para uma perceção mais positiva deste contexto: "*Eu tinha pânico de deixar na creche. Agora sei que fiz bem, ela está bem. Hoje pensava em meter os meus outros filhos na creche."* (Participante D), o que sugere uma mudança de pensamento neste aspeto.

Por fim, uma participante antecipa a saída do filho do estabelecimento prisional, procurando preparar, gradualmente, a separação – *"Estou a tentar que ele nas férias vá mais uns dias porque eu também tenho essa necessidade de desapego. Não é para ser aquela separação brusca de ele ficar sem a mãe."* (Participante G). Esta preocupação é consistente com Freitas et al. (2016) que identificaram sofrimento e prejuízo do bem-estar das mães e dos filhos perante a separação decorrente da criança ter atingido a idade limite de permanência na prisão. O relato da participante parece evidenciar uma estratégia para minimizar os efeitos negativos da separação.

3.5. Perceções maternas sobre o bem-estar infantil em reclusão

As participantes têm perceções distintas relativamente ao impacto da reclusão nos filhos. Assim, a maioria não perceciona efeitos negativos atuais no bem-estar ou no comportamento, sobretudo por os filhos serem muito novos – *"Eu penso que ela não tem noção. Agora é muito pequena."* (Participante B) e *"Para já não tem* [impacto]. *Ela ainda é muito pequenina.*" (Participante E). A Participante D refere ainda que a filha está habituada ao estabelecimento, por ser a única realidade que conhece.

Não obstante, algumas participantes percecionam efeitos da reclusão nos filhos, como medo e alterações comportamentais – *"Ele pede às guardas para não fechar a porta, pede as chaves para abrir a porta. (...) ele a dormir no pai pede 'Não fecha a porta do quarto' e ele está com aquele trauma das portas. Ele tem muita raiva, bate com a cabeça, está revoltado."* (Participante C). Estes discursos sugerem, segundo as mães, uma relação entre estas alterações e o contexto prisional, o que vai ao encontro de Atabay (2014) e Ashdown e James (2010), que concluíram que o contexto prisional pode afetar, negativamente, o bem-estar psicológico das crianças sendo, no presente estudo, referidas, especificamente, algumas das alterações.

Uma grande parte das participantes considera estar a privar os filhos de atividades que poderiam realizar no exterior – *"Estou a privá-lo de certas situações, lá fora, a nível de parques, conviver com animais, ir à praia, estou a privá-lo de certas situações que ele podia estar a viver."* (Participante H) –, reconhecendo limitações nas oportunidades disponíveis durante a permanência no estabelecimento. Duas participantes referem, ainda, o reduzido contacto com

o exterior, dizendo a Participante I – *"(...) aqueles muros são muito altos. Ela quer ver um bocado de jardim, não vê. Ela, para ela o que é a rua? É o pátio que só tem paredes."*. Estes resultados convergem com os de Ashdown e James (2010) que referem que as crianças não têm acesso a espaços comunitários e espaços abertos, ou animais. Estes aspetos, apesar de não afetarem, diretamente, o bem-estar das crianças, podem ter impacto no mesmo.

A maioria das participantes sente, também, que a reclusão limita a possibilidade dos filhos estabelecerem relações familiares consistentes e próximas – *"Ela não está com a sua família, os seus irmãos."* (Participante B) e *"Estou a privá-lo do resto da família. (...) ver o crescimento dele e não poder partilhá-lo com ninguém... São memórias que vão ser só minhas..."* (Participante G). Para colmatar estas limitações, algumas recorrem às saídas temporárias das crianças para que estas estejam com os familiares. As participantes destacam, particularmente, a relação das crianças com os pais, tendo a Participante C referido que *"Desde pequenino o meu filho vai para fora, todos os fins de semana."* e a Participante G mencionado que *"O pai vem cá de dois em dois meses, está num EP."*. Estes discursos evidenciam diversas maneiras de manutenção da relação pai-filho, embora, em metade dos casos, o pai também esteja em reclusão, o que pode dificultar a convivência familiar. A Participante J menciona que *"Ela* [filha] *diz "a gente quando entra em casa é um vazio enorme. Não ter a mãe, não ter o pai, não os ouvir" (...)"*, sugerindo que a ausência dos progenitores pode constituir uma fonte de sofrimento para as crianças.

A relação estabelecida entre as guardas prisionais e as crianças constitui, para algumas mulheres, uma dimensão positiva da reclusão – *"Acho que as guardas se apegam a ele (...) as guardas gostam muito do meu filho e ele delas."* (Participante A). O mesmo acontece com a experiência na creche – *"O meu filho adora a creche. É maluco pelas educadoras, tem uma paixão por elas."* (Participante G). Estes resultados convergem com os de Ogrizek et al. (2021) que mencionam a importância da relação entre as crianças e o *staff* prisional, tendo as participantes desta investigação destacado a relação com as guardas e com as profissionais da creche.

Algumas participantes manifestam, ainda, preocupação com a possibilidade dos filhos guardarem memórias do contexto prisional – *"E que não se lembre disto tudo."* (Participante F) e *"Eu não quero que ele entenda o que é esta vida."* (Participante J). Assim, apesar de algumas mulheres percecionarem que as crianças, atualmente, não compreendem o contexto prisional, por serem muito novas, outras preocupam-se com a possibilidade desta experiência vir a ser recordada pelos filhos.

4. Redes de suporte e relações no contexto prisional

A rede de suporte assume uma importância significativa na forma como as mulheres experienciam a reclusão, sendo maioritariamente constituída por familiares. As visitas permitem manter os vínculos familiares, proporcionando apoio emocional e prático, através da prestação de cuidados aos filhos. Contudo, as visitas são percecionadas de forma ambivalente, pois, apesar de proporcionarem apoio, podem intensificar a saudade e a tristeza associadas à separação. A convivência com as restantes reclusas envolve a partilha de experiências da maternidade, entreajuda e conflitos, nomeadamente.

4.1. Rede de suporte

A rede de suporte está associada ao apoio emocional, acompanhamento e manutenção dos vínculos familiares. Assim, a família constitui-se como uma das principais fontes de suporte para a maioria das mães, sendo referido que: *"Tenho o meu companheiro, os meus pais, a minha irmã (...)"* (Participante C) e *"Tenho a minha cunhada, a minha mãe (...)"* (Participante G). Estes resultados convergem com os de Hutchinson et al. (2008) e Pinto (2023), que verificaram que as mulheres em reclusão procuram, maioritariamente, suporte na família. Na presente investigação, os discursos permitem especificar que este apoio não se limita à dimensão afetiva, assumindo uma dimensão prática através do acompanhamento das crianças. Também uma participante refere encontrar apoio nas guardas prisionais: *"Muitas vezes eu estou um pouco stressada, eu vou e converso com as guardas."* (Participante A), o que foi encontrado no estudo de Clone e DeHart (2014) que identificaram o apoio emocional que as guardas prisionais proporcionavam às reclusas.

As visitas constituem outra dimensão importante da rede de suporte. Assim, uma parte das participantes perceciona-as como positivas – *"Ajudam, é bom que venham." (Participante H)* – enquanto outra experiencia-nas como tendo um impacto negativo – *"Deixa-me mais triste, sem dúvida."* (Participante D) e *"No início custava muito, era muito difícil."* (Participante I). Duas participantes descrevem, ainda, esta experiência como ambivalente – *"Há alturas em que saio de lá de rastos, há outras que saio bastante contente."* (Participante F) e *"O apoio é o que ajuda, mas, por outro lado, dá saudades (...) Venho sempre a chorar das visitas."* (Participante J). Estes discursos sugerem que as visitas podem proporcionar bem-estar, mas também desencadear tristeza pelo reforço da separação, dada a impossibilidade de regressar com estas pessoas para o exterior. A literatura demonstra, igualmente, esta ambivalência emocional relativamente às visitas (Jólluskin et al., 2022).

Uma das mulheres refere *"A minha irmã não vem, não consegue ver esta situação (...) A minha mãe não consegue vir, ela chora muito."* (Participante C), sugerindo que, para alguns familiares, a reclusão pode ser difícil de lidar, levando a optar pelo contacto telefónico. Contrariamente, outra mulher menciona uma melhoria da relação com a mãe – *"Desde que entrei em reclusão que eu e a minha mãe ganhamos uma ligação muito maior."* (Participante G) – o que sugere que, apesar do afastamento, determinadas relações familiares podem ser reforçadas (Jólluskin et al., 2022). Assim, os resultados permitem concluir que, em alguns casos, a separação física decorrente da reclusão pode coexistir com o reforço de determinadas relações.

Uma das reclusas assume que, por ter uma rede de suporte estável, sente-se mais tranquila relativamente à situação dos filhos – *"Os meus filhos estão com os meus avós. Eles têm tudo e estão muito bem, também descansa o meu coração."* (Participante I). A mesma valoriza as pessoas significativas que prestam cuidados aos filhos: *"Ela* [avó] *já está a fazer o melhor que pode e o melhor que sabe. (...) sou muito agradecida porque se não fossem eles eu não sei onde estavam os meus filhos."*, evidenciando como a existência de familiares que asseguram os cuidados aos filhos pode constituir uma fonte de tranquilidade para as mães durante a reclusão.

Por fim, a existência da rede de suporte parece influenciar a forma como as participantes percecionam a reclusão: *"Eu até sou abençoada porque tenho quem goste de mim e quem me ajude. Isso é uma coisa que nos ajuda muito aqui dentro. Há pessoas que não têm ninguém para falar."* (Participante I), o que sugere que a rede de suporte pode funcionar como um recurso facilitador da forma como as mulheres experienciam a reclusão (Clone e DeHart, 2014; Pinto e Oliveira, 2020).

4.2. Relação com outras reclusas

A relação que as participantes estabelecem com outras reclusas apresenta-se, principalmente, como ambivalente, envolvendo entreajuda, mas também conflitos. Algumas referem não manter uma proximidade significativa com as outras reclusas – *"Não estou muito com as outras reclusas."* (Participante B) – enquanto outras consideram a relação negativa ou marcada por rivalidades e críticas – *"*[a relação] *Não é boa. As mães que estão em reclusão deviam estar afastadas."* (Participante C) e *"Há muita rivalidade, não sei porquê, eu vejo que aqui criticam muito."* (Participante G). A participante G descreve esta ambivalência: *"Umas criticam, outras gostam, outras dizem que sou boa mãe, outras não acham isso..."*, o que vai ao encontro dos resultados de Freitas et al. (2016), nos quais, apesar de uma perceção

globalmente positiva da relação entre reclusas, são identificados alguns pontos negativos e conflitos.

Por outro lado, algumas participantes destacam aspetos positivos, nomeadamente, a entreajuda entre mães – *"A gente convive mais com outras mães, tomamos conta dos filhos umas das outras."* (Participante H) e *"Entre nós há desavenças (...), mas quando se trata das crianças, somos muito unidas."* (Participante I). Contudo, esta entreajuda não implica, necessariamente, uma confiança plena, como demonstra a Participante C – *"Eu não deixo o meu filho andar aí com as outras, ninguém fica a tomar conta dele porque nunca se sabe quem pode estar do outro lado."*.

As relações são ainda marcadas pela perceção de incompreensão e julgamento. Assim, a Participante I considera que *"(...) há muitas reclusas que não percebem o facto de termos tirado os filhos lá de fora. Não percebem porque é que estamos a fazer isto às crianças, mas também nunca estiveram nessa situação."*, sugerindo que a partilha da experiência prisional e, em alguns casos, da maternidade, não implica, necessariamente, compreensão entre as mulheres. Esta perceção de julgamento vai ao encontro do referido pelas participantes do estudo de Sapkota et al. (2022) e, na presente investigação, esta perceção relaciona-se, nomeadamente, com a escolha da permanência ou não dos filhos no exterior.

A presença das crianças assume, ainda, uma posição central na relação entre reclusas. Apesar da entreajuda, algumas participantes indicam que os atritos entre os mais novos levam a conflitos entre as mães – *"Cria um ambiente entre as mães muito complicado."* (Participante F) e *"As próprias mães é que sentem muito certas coisas, essa parte não é nada positiva."*. Estes resultados vão ao encontro de Cunha (1994) e Cunha e Granja (2014) que referem que os conflitos entre as mães podem surgir a partir de situações relacionadas com as crianças. Os dados do presente estudo sugerem que as crianças podem funcionar, simultaneamente, como elemento agregador, através da entreajuda, mas constituem, também, um contexto em torno do qual podem surgir tensões e conflitos. Para além disto, a maioria das participantes interpreta determinadas tensões ou comparações como manifestações de inveja, principalmente, em relação aos brinquedos – *"O que uma tem, a outra também tem de ter."* (Participante C) e *"Acho que as pessoas são muito mesquinhas... Há muita inveja porque é que ela tem e a minha não."* (Participante I).

Apesar destes aspetos negativos, a Participante C acrescenta: *"Aqui ninguém julga ninguém, estamos todas no mesmo barco."*, sugerindo que, em determinadas circunstâncias, a experiência de reclusão partilhada pode favorecer a compreensão entre as mulheres. Este

discurso, quando confrontado com os relatos de julgamentos e críticas, reforça a ambivalência das relações entre reclusas.

5. Projetar a vida pós-reclusão

As participantes percecionam a vida pós-reclusão e as perspetivas para o futuro de diferentes maneiras. Assim, a maioria identificou objetivos concretos de reorganização da vida, nomeadamente ao nível da habitação, situação profissional e dimensão familiar. Estes objetivos estão, igualmente, presentes num estudo de Gomes (2026), no qual as participantes destacavam a importância de reestruturar o percurso de vida após a reclusão através da mudança de habitação, emprego e ambiente. No presente estudo, esta reorganização surge, também, associada à dimensão familiar, sendo os projetos futuros pensados como forma de proporcionar melhores condições às crianças.

A maioria das participantes refere que a sua prioridade será a procura de emprego para dar estabilidade à família e melhores condições de vida aos filhos – *"A primeira coisa é arranjar um trabalho e alugar uma casa e sair daquele bairro"* (Participante D) e *"(...) espero arranjar um trabalho. Ir buscar os meus filhos para ter uma vida minimamente em condições."* (Participante I). Este objetivo parece assumir-se como uma forma de alcançar maior autonomia e reorganizar a vida familiar.

Uma das mulheres mostrou ter consciência de que, devido ao registo criminal, poderá ter mais dificuldades em conseguir emprego. Não obstante, demonstrou vontade de persistir na procura de alternativas, afirmando: *"Fui presa, aprendi. Se não me quiserem dar emprego, não dão. Tudo bem. Vamos à próxima."* (Participante G). A projeção do futuro inclui, assim, o reconhecimento de possíveis obstáculos, mas também a necessidade de ter uma atitude de persistência para os ultrapassar. Esta possibilidade é corroborada pela literatura, que identifica a empregabilidade como uma das principais barreiras no período pós-reclusão (Breuer et al., 2021). O relato da participante concretiza esta ideia, sendo reconhecida a possibilidade de discriminação, mas não apresenta esta possibilidade como impeditiva da procura de emprego.

Duas das participantes referem que perspetivam o futuro no estrangeiro, juntamente com a família, associando esta mudança à possibilidade de reconstruírem o seu percurso de vida e iniciarem uma nova etapa– *"Eu quero ir para a Suíça com o pai do* [filho] *e levar os meus filhos"* (Participante C) e *"(...) quero começar uma vida de novo lá fora."* (Participante E). Nestes discursos, a ida para o estrangeiro parece assumir um significado que ultrapassa a mera mudança geográfica, surgindo associada a uma ideia de recomeço e rutura com o percurso

anterior. Assim, os projetos de vida são pensados, também, em torno da reconstrução e consolidação dos vínculos familiares.

Algumas mulheres mencionam o desejo de investir na sua formação académica – "*Fazer uns cursos."* (Participante A) –, ao passo que outra refere a necessidade de concluir os estudos já iniciados – *"Tenho de acabar o meu curso."* (Participante H). A reorganização do percurso de vida é também perspetivada em torno da permanência junto dos filhos. Como refere a Participante I, *"O futuro sem eles também não faz sentido nenhum"*, evidenciando a centralidade dos filhos na construção das suas expectativas de futuro. Estes resultados convergem com os de Easterling et al. (2019), que identificaram, entre mães reclusas, a expectativa de que a saída da prisão lhes permitisse retomar o papel de mãe. Em conjunto, estes achados sugerem que a maternidade constitui um eixo estruturante dos projetos de vida e das expectativas após a reclusão.

Além disso, algumas mulheres perspetivam o futuro como uma possibilidade de recuperar o tempo perdido com os filhos que ficaram no exterior – *"(...) recuperar o tempo que eu estive fora, isso é que vai ser a primeira coisa. A mãe está aqui de braços abertos para eles."* (Participante J). Easterling et al. (2019) e Richards-Karamarkovich e Umamaheswar (2024) referem que a reclusão pode comprometer o exercício da maternidade, permitindo compreender esta expectativa de recuperar ou compensar o tempo de afastamento, após a reclusão, como forma de retomar ou reforçar a relação mãe-filho.

Relativamente às expectativas para o futuro das crianças, os discursos são pautados pela importância atribuída à educação e à estabilidade. Algumas participantes referem ainda o desejo de que os filhos tenham uma vida confortável e considerada normal – *"Espero que ele se adapte lá fora e que tenha uma vida normal como a minha filha."* (Participante F) e *"(...) que tenham uma vida confortável, tenham as suas atividades. Eu acho que eles são umas crianças felizes e eu quero que eles sejam felizes."* (Participante I). Assim, o bem-estar das crianças constitui uma dimensão fundamental da projeção de futuro das mães, reforçando a importância de se considerar, no período pós-reclusão, tanto as necessidades das mulheres, como as dos seus filhos (Breuer et al., 2021). Deste modo, as narrativas sugerem que a projeção da vida após a reclusão vai além da mera saída do estabelecimento prisional, envolvendo a reorganização pessoal, profissional e familiar.

Limitações e implicações para estudos futuros

Apesar dos contributos da presente investigação para a compreensão da experiência da maternidade em contexto prisional, é importante destacar algumas limitações. O estudo foi realizado com uma amostra por conveniência de 10 participantes de um único estabelecimento prisional feminino, pelo que os resultados devem ser interpretados à luz das características específicas destas participantes e do contexto em que foram produzidos. A inclusão de outros estabelecimentos prisionais e de participantes com experiências e características distintas poderá permitir, em futuros estudos, aprofundar e diversificar a compreensão da maternidade em contexto prisional. Acresce que, a experiência e o bem-estar das crianças que residem com as mães na prisão foram inferidos exclusivamente a partir da perceção das progenitoras, podendo não corresponder integralmente à sua experiência. Estudos futuros poderão incluir a perspetiva das próprias crianças que residem com as mães em reclusão.

Considerações finais

O presente estudo procurou compreender a forma como as mães reclusas, residentes com os filhos, experienciam a maternidade, analisando diversas dimensões em resposta aos quatro objetivos do estudo.

Relativamente ao primeiro objetivo, os resultados sugerem que a possibilidade de exercer a maternidade em reclusão é, para a maioria das participantes, percecionada de forma positiva. A permanência dos filhos facilita a manutenção da relação com as crianças e parece atenuar a dureza da reclusão. Contudo, o contexto prisional também impõe limitações ao exercício do papel materno, nomeadamente na autonomia e na educação dos filhos.

Quanto às perceções acerca dos serviços e recursos existentes na prisão, estas são heterogéneas. Os serviços de saúde são maioritariamente percecionados de forma positiva, assim como a creche e os cuidados dirigidos às crianças, embora sejam identificadas algumas limitações. Em contrapartida, a maioria das participantes considera limitada a oferta de atividades especificamente dirigidas às mães, reconhecendo, simultaneamente, a importância destes projetos.

Em relação a tentar perceber de que forma o contexto prisional influencia o bem-estar das reclusas e dos filhos, os resultados sugerem que a reclusão não tem um impacto uniforme no bem-estar das mães e das crianças. As mulheres relatam sentimentos negativos associados,

sobretudo, às limitações no exercício da maternidade e ao afastamento familiar, mas também identificam aspetos positivos como oportunidades de aprendizagem e maior disponibilidade para os filhos. Relativamente às crianças, as perceções das mães são distintas: enquanto algumas não identificam impactos significativos, outras referem alterações no comportamento. A creche é, por sua vez, percecionada por algumas participantes como um recurso positivo para o bem-estar das crianças.

Relativamente ao quarto e último objetivo desta investigação, as expectativas de futuro das participantes são marcadas pela centralidade da família, particularmente dos filhos. Os projetos de futuro envolvem, sobretudo, a reorganização da vida familiar, a procura de emprego e a construção de condições que permitam alcançar maior estabilidade para si e para os filhos.

A maternidade em contexto prisional surge como uma experiência heterogénea e complexa, na qual coexistem proximidade e limitações, sofrimento e oportunidades. Assim, a compreensão desta realidade poderá contribuir para a reflexão sobre a adequação dos recursos e respostas disponíveis no contexto prisional, considerando as necessidades das mães e dos seus filhos e procurando favorecer o seu bem-estar e o exercício da maternidade durante a reclusão.

Referências bibliográficas

Afonso, O. (2005). *Mães e crianças em contexto prisional: Dos trilhos da exclusão e reclusão aos processos de desenvolvimento e educação*. [Dissertação de doutoramento, Universidade Aberta, Lisboa]. Universidade Aberta. Repositório aberto da Universidade Aberta: http://hdl.handle.net/10400.2/767

Alexander, I. E. (1990). *Personology: Method and content in personality assessment and psychobiology*. Durham, NC: Duke University Press.

Aragão, F. (2018). *Mães sentenciadas e filhos desamparados: um estudo sobre o cárcere feminino e o exercício da maternidade na privação de Liberdade.* [Dissertação, Universidade Estadual de Montes Claros]. Arquivo do Repositório Institucional Unimontes: https://repositorio.unimontes.br/jspui/bitstream/1/1403/1/Aragão%2c%20Fernanda%20Santos_Mães%20sentenciadas%20e%20filhos_2021.pdf

Ashdown, J. & James, M. (2010). Women in detention. *International Review of the Red Cross, 92*(877), pp. 123-141. https://doi.org/10.1017/S1816383110000226

Atabay, T. (2014). *Handbook on women and imprisonment: With reference to the United Nations rules for the treatment of women prisoners and non-custodial measures for women offenders (the Bangkok rules)* (2.ª ed.). https://www.unodc.org/documents/justice-and-prison-reform/women_and_imprisonment_-_2nd_edition.pdf

Azevedo, V., Carvalho, M., Fernandes-Costa, F., Mesquita, S., Soares, J., Teixeira, F. & Maia, A. (2017). Transcrever entrevistas: questões conceptuais, orientações práticas e desafios. *Revista de Enfermagem Referência*. pp. 159-168. https://doi.org/10.12707/RIV17018

Beckerman, A. (1991). Women in Prison: The Conflict between Confinement and Parental Rights. *Social Justice, 18*(3). pp. 171-183. http://www.jstor.org/stable/29766626

Bico, D.S.C. (2024). *Aceitabilidade do programa parental act – raising safe kids – um estudo qualitativo acerca das perspetivas de mães reclusas*. Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa https://repositorioulisboa.pt

Braun, V. and Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology, 3*(2). pp. 77-101. http://dx.doi.org/10.1191/1478088706qp063oa

Braun, V., & Clarke, V. (2013). *Successful qualitative research: A practical guide for beginners*. Sage.

Breuer, E., Remond, M., Lighton, S., Passalaqua, J., Galouzis, J., Stewart, K., & Sullivan, E. (2021). The needs and experiences of mothers while in prison and post-release: a rapid review and thematic synthesis. *Health and Justice, 9*(1), Artigo 31. https://doi.org/10.1186/s40352-021-00153-7

Bryman, A. (2016). *Social Research Methods* (5ª ed.). Oxford University Press.

Celinska, K., & Siegel, J. (2010). Mothers in Trouble: Coping With Actual or Pending Separation From Children due to Incarceration. *The Prison Journal*, *90*(4), pp. 447-474. https://doi.org/10.1177/0032885510382218

Celinska, K., & Sung, H. (2014). Gender Differences in the Determinants of Prison Rule Violations. *The Prison Journal, 94*(2), pp. 220-241. https://doi.org/10.1177/0032885514524882

Clone, S. & DeHart, D. (2014). Social Support Networks of Incarcerated Women: Types of Support, Sources of Support, and Implications for Reentry. *Journal of Offender Rehabilitation, 53*(7), pp. 503-521. http://dx.doi.org/10.1080/10509674.2014.944742

Cunha, M. (1994). *Malhas que a reclusão tece. Questões de identidade numa prisão feminina.* Lisboa, Cadernos do Centro de Estudos Judiciários.

Cunha, M., & Granja, R. (2013). Care and respect: mothering and relatedness in multigenerational prison settings. Em Eljdupovic, G., Bromwich, R. J. (Eds.),

Incarcerated Mothers: Oppression and Resistance, Demeter Press, Bradford, Ontario, (pp. 106-120).

Cunha, M., & Granja, R. (2014). *Gender asymmetries, parenthood and confinement in two Portuguese prisons*. Champ Pénal, (XI).

Colaço, R. (2016, 1 de junho). 31 crianças vivem na prisão com as mães reclusas. *RTP Notícias*. https://www.rtp.pt/noticias/pais/31-criancas-vivem-na-prisao-com-as-maes-reclusas_a922794

Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais. (2025, 17 de março). Quem somos [secção "Estabelecimentos Prisionais"]. *DGRSP – Ministério da Justiça*. https://dgrsp.justica.gov.pt/Sobre-a-DGRSP/Quem-somos#EstabelecimentosPrisionais

Easterling, B. A., & Feldmeyer, B. (2017). Race, Incarceration, and Motherhood: Spoiled Identity Among Rural White Mothers in Prison. *The Prison Journal*, *97*(2), pp. 143-165. https://doi.org/10.1177/0032885517692791

Easterling, B., A., Feldmeyer, B., & Presser, L. (2019). Narrating Mother Identities From Prison. *Feminist Criminology, 14*(5), pp. 519-539. https://doi.org/10.1177/1557085118773457

Eisenman, R. (1990). Six problems of a prison psychologist: a personal account. *Psychological Reports, 67,* pp. 755-761. https://doi.org/10.2466/pr0.1990.67.3.755

Ruddick, S. (1995). *Maternal thinking: toward a politics of peace.* Beacon Press.

Ferszt, G., G., Miller, R., J., Hickey, J., E., Maull, F., & Crisp, K. (2015). The Impact of a Mindfulness Based Program on Perceived Stress, Anxiety, Depression and Sleep of Incarcerated Women. *International Journal of Environmental Research and Public Health, 12*, pp. 11594-11607. https://doi.org/10.3390/ijerph120911594

Freitas, A., M., Inácio, A. R., & Saavedra, L. (2016). Motherhood in Prison: Reconciling the Irreconcilable. *The Prison Journal, 96*(3), pp. 415-436. https://doi.org/10.1177/0032885516635129

Granja, R., Cunha, M. P., & Machado, H. (2013). *Children on the outside: The experience of mothering among female inmates.*

Gobena, E. B. & Duff Hean, S. C. P. (2019). The Experience of Incarcerated Mothers Living in a Correctional Institution with their Children in Ethiopia. *Journal of Comparative Social Work, 14*(2), pp. 30-54. https://doi.org/10.31265/jcsw.v14i2.247

Gomes, S. (2026). Reentry as a gendered carceral continuum: Surveillance, neglect, and the extension of punishment. *Theoretical Criminology*. https://doi.org/10.1177/13624806261466609

Goshin, L.S., Byrne, M.W. & Blanchard-Lewis, B. (2014). Preschool Outcomes of Children Who Lived as Infantis in a Prison Nursery. *The Prison Journal, 94*(2), pp. 139-158. https://doi.org/10.1177/0032885514524692

Henriques, F. (2023, 19 de novembro). Crianças em cárcere: quem as lembra?. *Jornal das Caldas.* https://jornaldascaldas.pt/2023/11/19/criancas-em-carcere-quem-as-lembra/?utm_source=chatgpt.com

Hutchinson, K., C., Moore, G., A., Propper, C., B., & Mariaskin, A. (2008). Incarcerated Women's Psychological Functioning During Pregnancy. *Psychology of Women Quarterly, 32*(4), pp. 440-453. https://doi.org/10.1111/j.1471-6402.2008.00457.x

Jólluskin, G., Minosso, A., Mendes Andrade, J. R. & Castro Rodrigues, A. (2022). Perceções de mulheres em situação de reclusão face às visitas: contributos para práticas e políticas. *Política Criminal, 17*(33), pp. 386-406. http://dx.doi.org/10.4067/S0718-33992022000100386

Kennedy, S. C., Mennicke, A. M. & Allen, C. (2020). "I took care of my kids": mothering while incarcerated. H*ealth and Justice, 8*(12). https://doi.org/10.1186/s40352-020-00109-3

Larroulet, P., Daza, S., & Bórquez, I. (2023). From prison to work? Job-crime patterns for women in a precarious labor market. *Social Science Research, 110*, 102844. https://doi.org/10.1016/j.ssresearch.2022.102844

Lincoln, Y. S., & Guba, E. G. (1986, junho). But Is It Rigorous? Trustworthiness and Authenticity in Naturalistic Evaluation. *New Directions for Program Evaluation*, 30, pp. 73-84. https://doi.org/10.1002/EV.1427

Loucks, N. (2010). Women in Prison. Em Adler, J., R., & Gray, J., M. (Eds.), *Forensic Psychology: Concepts, debated and practice* (2ª edição), (pp. 285-304). Willan.

Lovell, B.J., Steen, M.P, Brown, A.E. & Esterman, A.J. (2022). The voices of incarcerated women at the forefront of parenting program development: a trauma-informed approach to education. *Health and Justice, 10*(21). https://doi.org/10.1186/s40352-022-00185-7

Lovell, B., Brown, A., Steen, M. & Esterman, A. (2023). Process Evaluation of a Prison Parenting Education Program for Women. *Social Sciences, 12*(370). https://doi.org/10.3390/socsci12070370

Maedzenge, P. & Beichner-Thomas, D. (2024). A Thematic Analysis of Parenting Experiences of Women in Prison. *Qualitative Criminology (QC), 13(*2). https://dc.swosu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1191&context=qc

Mandim, D. (2019, 21 de novembro). Crianças que nascem e vivem na prisão. "É a minha força, a minha companhia". *Diário de Notícias*. https://www.dn.pt/arquivo/diario-de-noticias/criancas-que-nascem-e-vivem-na-prisao-e-a-minha-forca-a-minha-companhia-11535218.html?utm_source=chatgpt.com

Martínez-Álvarez, B. M. & Sindeev, A. (2020). Experiences of incarcerated mothers living with their children in a prison in Lima, Peru, 2020: a qualitative study. *Revista Española de Sanidad Penitenciaria, 23*(3), pp. 98-107. https://doi.org/10.18176/resp.00039

Mignon, S. I., & Ransford, P. (2012). Mothers in prison: maintaining connections with children. *Social work in public health*, *27*(1-2), pp. 69–88. https://doi.org/10.1080/19371918.2012.630965

Mello, D. C. & Gauer, G. (2011). Vivências da maternidade em uma prisão feminina do Estado do Rio Grande do Sul. *Saúde e Transformação Social, 1*(3), pp. 113-121.https://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/saudeetransformacao/article/view/654

Ogrizek, A., Moro, M. R. & Lachal, J. (2021). Incarcerated mothers' views of their children's experience: A qualitative study in French nurseries. *Child: Care, Health and Development, 47*(6), pp. 851-858. https://doi.org/10.1111/cch.12896

O'Malley, S., Devaney, C., & Millar, M. (2023). Incarcerated mothers' experience of adversity heard using participatory mixed-method research. *Probation Journal, 70*(3), pp. 279–297. https://doi.org/10.1177/02645505221143335

Parry, B. R. (2022). The Motherhood Penalty- Understanding the Gendered Role of Motherhood in the Life Histories of Incarcerated South African Women. *Feminist Criminology, 17*(2), pp. 274-292. https://doi.org/10.1177/15570851211053265

Paynter, M., J., Drake, E., K., Cassidy, C., & Snelgrove-Clarke, E. (2019). Maternal health outcomes for incarcerated women: A scoping review. *Journal of Clinical Nursing, 28*(11-12), pp. 2046-2060. https://doi.org/10.1111/jocn.14837

Pinto, R. & Oliveira, A. (2020). Reclusão feminina: as implicações da visita íntima na adaptação à prisão. *Ex Aequo, 41*, pp. 163-177. https://doi.org/10.22355/exaequo.2020.41.10

Pinto, I., F. (2023). *Competências parentais: perceções de reclusas que vivem com os filhos na prisão* [Dissertação de mestrado, Universidade Católica Portuguesa]. Repositório da Universidade Católica Portuguesa: http://hdl.handle.net/10400.14/43334

Poehlmann, J. (2005). Incarcerated Mothers' Contact With Children, Perceived Family Relationships, and Depressive Symptoms. *Journal of Family Psychology, 19*(3), pp. 350-357. https://doi.org/10.1037/0893-3200.19.3.350

Portugal. (2009). Lei n.º 115/2009, de 12 de outubro. *Estabelece o regime jurídico da aplicação das medidas privativas da liberdade a pessoas condenadas*. Diário da República, 1.ª série, n.º 197. https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1147&tabela=leis

Portugal. (2011). Decreto-Lei n.º 51/2011, de 11 de abril. *Aprova o Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais, em cumprimento do Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade*. Diário da República, 1.ª série, n.º 71, pp. 2180–2225. https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1317&tabela=leis&so_miolo=

Rossiter, C., Power, T., Fowler, C., Jackson, D., Hyslop, D. & Dawson, A. (2015). Mothering at a Distance: what incarcerated mothers value about a parenting programme. *Contemporary Nurse, 50*(2-3), pp. 238-255. http://dx.doi.org/10.1080/10376178.2015.1105108

Richards-Karamarkovich, A., & Umamaheswar, J. (2024). Narrative Resilience Among Formerly Incarcerated Mothers. *Feminist Criminology, 19*(1), pp. 59-78. https://doi.org/10.1177/15570851231215774

Sapkota, D., Dennison, S., Allen, J., Gamble, J., Williams, C., Malope-Rwodzi, N., Baar, L., Ransley, J. & McGee, T. R. (2022). Navigating pregnancy and early motherhood in prison: a thematic analysis of mothers' experiences. *Health and Justice, 10*(32). https://doi.org/10.1186/s40352-022-00196-4

Seidman, I. (2006). *Interviewing as qualitative research: A guide for researchers in education and the social sciences* (3rd ed.). Teachers College Press.

Spencer, T. & Kochel, R. (2021). An Inductive Approach to Examining Racial Majority Versus Minority Expectations and Appraisals of Police Legitimacy in a Small-Town Context. *Race and justice*, 11(4), pp. 520-542. https://doi.org/10.1177/2153368718814156

Sykes, G. M., & Matza, D. (1957). Techniques of Neutralization: A Theory of Delinquency. *American Sociological Review*, *22*(6), pp. 664–670. https://doi.org/10.2307/2089195

Thongyou, M., Havanon, N., Phongsiri, M. & Mattariganond, D. (2023). Incarcerated Mothers: Role Strain and the Redefining of Mothers' Roles. *Journal of Mekong Societies, 19*(2), pp. 66-91. https://so03.tci-thaijo.org/index.php/mekongjournal/article/view/269068

Villalta, C., Gesteira, S. & Graziano, F. (2019). La construcción de significados sobre la maternidad en prisón. Mujeres presas en cárceles de la provincia de Buenos Aires, Argentina. *Desacatos. Revista de Ciencias Sociales*, (61), pp. 82-97. https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1607-050X2019000300082

Walker, J. (2018). *Women and Gestation in Prison: Becoming a "Good Enough Mother"* [Dissertação de doutoramento, University of New South Wales]. UNSW Sydney. Repositório da UNSW Sydney: https://doi.org/10.26190/unsworks/3542

Anexos

Anexo 1: Consentimento informado

No âmbito do Mestrado em Psicologia da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, eu, Ana Filipa Cunha, encontro-me a desenvolver um estudo sobre reclusão e maternidade, sob a orientação da Professora Doutora Alexandra Oliveira. O principal objetivo desta investigação é compreender a perceção das mulheres acerca da maternidade e do bem-estar dos filhos que permanecem com as mães.

A participação nesta investigação consiste numa entrevista com duração estimada de 40 minutos. A sua colaboração é voluntária e poderá desistir a qualquer momento ou não responder a alguma questão com a qual não se sinta confortável, sem que daí decorra qualquer penalização para si. Além disso, após a realização da entrevista, dispõe de três meses para solicitar a eliminação dos dados, se desejar desistir da investigação. São garantidos o anonimato e a confidencialidade, embora possam existir limites a estes decorrentes da possibilidade do uso de excertos das entrevistas na apresentação dos resultados (sem qualquer identificação da participante). Os dados recolhidos serão tratados apenas no âmbito desta investigação científica.

Com a sua autorização, a entrevista será gravada em áudio para, posteriormente, ser transcrita e analisada. Após a transcrição, a gravação será apagada.

Não será atribuída nenhuma recompensa pela participação nem se antevê nenhum risco acrescido ou prejuízo decorrente da colaboração neste estudo. Como benefício indireto, estará a contribuir para o aprofundamento do conhecimento acerca desta temática, o que se espera que possa vir a contribuir para o aperfeiçoamento das intervenções e das abordagens desenvolvidas em contexto prisional, com a finalidade de melhorar o bem-estar das mães e das crianças.

Desde já agradeço a sua participação. Se tiver alguma dúvida, pode contactar-me através do endereço eletrónico up202108062@fpce.up.pt. No final da investigação, estamos a prever realizar uma sessão de apresentação dos resultados às participantes, mediante aprovação do estabelecimento prisional. Se desejar participar nesta sessão, por favor, assinale na declaração abaixo.

Tomei conhecimento do estudo e dos seus objetivos e _____ (por favor, escreva aceito / não aceito) participar nesta investigação.

Mais declaro que tomei conhecimento de que a minha participação é voluntária, podendo desistir a qualquer momento sem que daí decorra qualquer penalização, e que toda a informação que darei será privada e anónima, sendo tratada apenas para fins de investigação científica.

Declaro, ainda, que _____ (por favor, escreva autorizo / não autorizo) a gravação, em formato áudio, desta entrevista.

Por fim, informo que _____ (por favor, escreva estou interessada/não estou interessada) em participar na sessão de apresentação de resultados do estudo, se o Estabelecimento Prisional autorizar.

Data: ___/___/_____

Assinatura da participante: _____

Assinatura da investigadora: _____

Anexo 2: Guião de entrevista

Dados sociodemográficos e pequena introdução do percurso criminal

1.Idade; Há quanto tempo está presa / quanto tempo falta cumprir? Porque crime está presa? Qual a ocupação antes da prisão?

Número de filhos, idades e género

2. É primária ou reincidente?

3. Neste momento, está envolvida em alguma atividade laboral, escolar ou em algum programa?

4. Quando entrou, trouxe o seu filho consigo ou teve-o já dentro da prisão?

5. Por que motivo decidiu manter o seu filho consigo na prisão? Se fosse hoje, tomaria a mesma decisão?

Maternidade na prisão

6. Como se sente como mãe neste contexto? Sente que consegue cumprir as exigências da maternidade? O que é diferente em ser mãe dentro e fora da prisão?

7. Tendo em conta que tem outro(s) filho(s) no exterior, sente que existe uma diferença na forma como educa os seus filhos? Tem oportunidade de estar com os filhos que não estão aqui consigo?

8. Considera que o estabelecimento prisional tem condições para a acolher a si e ao seu filho? Pensa que o espaço é suficiente? Que serviços existem direcionados para as crianças? E são suficientes (serviços clínicos, por exemplo)?

9. Existem atividades mais direcionadas para as mães? Tem sugestões de mais atividades que poderiam desenvolver?

10. Que aspetos positivos existem ao ter o seu filho consigo? E negativos? Que impacto pensa que a sua reclusão tem no seu filho?

Rede de suporte

11. Tem alguém que a apoie e com quem possa falar (ex: namorado, família, amigos)? Eles costumam visitá-la? Como são as visitas? Considera que a ajudam?

Adaptação à prisão e vivência

12. De que forma é que ter o seu filho aqui consigo teve impacto na sua adaptação?

13. Passa todo o dia com o seu filho? O que faz quando não está com ele? Tem algum passatempo (ler, escrever, ...)?

14. Como acha que as outras reclusas olham para si sendo mãe e tendo o filho consigo?

15. O que é para si ser mãe?

Perspetivas de futuro

16. Que expectativas tem para quando sair daqui? O que gostaria de fazer? Que projetos tem para o seu filho?

Pergunta final

17. Existe algo que considere importante e que gostaria de acrescentar?

FACULDADE DE **PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**